Edição em língua
portuguesa

Legislação

Índice

I Actos cuja publicação é uma condição da sua aplicabilidade

- ★ **Regulamento (CE) n.º 583/2004 do Conselho, de 22 de Março de 2004, que altera os Regulamentos (CE) n.º 1782/2003, que estabelece regras comuns para os regimes de apoio directo no âmbito da política agrícola comum e institui determinados regimes de apoio aos agricultores, (CE) n.º 1786/2003 que institui a organização comum do mercado no sector das forragens secas, (CE) n.º 1257/1999 relativo ao apoio do Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola (FEOGA) ao desenvolvimento rural, devido à adesão à União Europeia da República Checa, da Estónia, de Chipre, da Letónia, da Lituânia, da Hungria, de Malta, da Polónia, da Eslovénia e da Eslováquia** 1
- Regulamento (CE) n.º 584/2004 da Comissão, de 29 de Março de 2004, que estabelece os valores forfetários de importação para a determinação do preço de entrada de certos frutos e produtos hortícolas 15
- ★ **Regulamento (CE) n.º 585/2004 da Comissão, de 26 de Março de 2004, que altera o Regulamento (CE) n.º 282/2004 relativo ao estabelecimento de um documento para a declaração e o controlo veterinário de animais provenientes de países terceiros e introduzidos na Comunidade ⁽¹⁾** 17
- Regulamento (CE) n.º 586/2004 da Comissão, de 29 de Março de 2004, que determina em que medida podem ser aceites os pedidos de certificados de importação de determinados produtos do sector da carne de aves de capoeira apresentados em Março de 2004 ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 2497/96 21
- Regulamento (CE) n.º 587/2004 da Comissão, de 29 de Março de 2004, que fixa os preços comunitários de produção e os preços comunitários de importação para os cravos e as rosas em aplicação do regime de importação de determinados produtos de floricultura originários de Chipre, de Israel, da Jordânia, de Marrocos, bem como da Cisjordânia e da Faixa de Gaza 23

- ★ **Directiva 2004/33/CE da Comissão, de 22 de Março de 2004, que dá execução à Directiva 2002/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita a determinadas exigências técnicas relativas ao sangue e aos componentes sanguíneos** ⁽¹⁾ 25

II *Actos cuja publicação não é uma condição da sua aplicabilidade*

Comissão

2004/285/CE:

- ★ **Decisão da Comissão, de 19 de Junho de 2002, nos termos do artigo 14.º do Regulamento (CEE) n.º 4064/89 do Conselho que impõe coimas às empresas que dêem indicações inexactas ou deturpadas aquando de uma notificação efectuada no âmbito de um processo de controlo de uma operação de concentração (Processo COMP/M.2624 — BP/Erdölchemie)** ⁽¹⁾ [notificada com o número C(2002) 2208] 40

2004/286/CE:

- ★ **Decisão da Comissão, de 23 de Julho de 2003, relativa aos auxílios à investigação e desenvolvimento no domínio da aeronáutica que o Reino de Espanha tenciona conceder à empresa Gamesa** ⁽¹⁾ [notificada com o número C(2003) 2518] 49

2004/287/CE:

- ★ **Decisão da Comissão, de 24 de Março de 2004, que prevê a comercialização temporária de determinadas sementes das espécies *Vicia faba* e *Glycine max* que não satisfaçam, respectivamente, os requisitos das Directivas 66/401/CEE ou 2002/57/CE do Conselho** ⁽¹⁾ [notificada com o número C(2004) 884] 56

2004/288/CE:

- ★ **Decisão da Comissão, de 26 de Março de 2004, que concede à Austrália e à Nova Zelândia um acesso temporário às reservas comunitárias de antigénios do vírus da febre aftosa** ⁽¹⁾ [notificada com o número C(2004) 967] 58

Rectificações

- ★ **Rectificação da Decisão 2004/161/CE do Conselho, de 10 de Fevereiro de 2004, que prorroga o período de aplicação da Decisão 2000/185/CE que autoriza os Estados-Membros a aplicarem uma taxa de IVA reduzida a certos serviços de grande intensidade do factor trabalho, nos termos do n.º 6 do artigo 28.º da Directiva 77/388/CEE (JO L 52 de 21.2.2004)** 60

I

(Actos cuja publicação é uma condição da sua aplicabilidade)

REGULAMENTO (CE) N.º 583/2004 DO CONSELHO
de 22 de Março de 2004

que altera os Regulamentos (CE) n.º 1782/2003, que estabelece regras comuns para os regimes de apoio directo no âmbito da política agrícola comum e institui determinados regimes de apoio aos agricultores, (CE) n.º 1786/2003 que institui a organização comum do mercado no sector das forragens secas, (CE) n.º 1257/1999 relativo ao apoio do Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola (FEOGA) ao desenvolvimento rural, devido à adesão à União Europeia da República Checa, da Estónia, de Chipre, da Letónia, da Lituânia, da Hungria, de Malta, da Polónia, da Eslovénia e da Eslováquia

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Tratado de Adesão à União Europeia da República Checa, da Estónia, de Chipre, da Letónia, da Lituânia, da Hungria, de Malta, da Polónia, da Eslovénia e da Eslováquia ⁽¹⁾, assinado em Atenas, em 16 de Abril de 2003, e, nomeadamente, o n.º 3 do seu artigo 2.º,

Tendo em conta o Acto relativo às condições de adesão da República Checa, da República da Estónia, da República de Chipre, da República da Letónia, da República da Lituânia, da República da Hungria, da República de Malta, da República da Polónia, da República da Eslovénia e da República da Eslováquia ⁽²⁾, adiante designado «Acto de Adesão», e, nomeadamente, o n.º 2 do seu artigo 57.º,

Tendo em conta a proposta da Comissão,

Considerando o seguinte:

- (1) O Regulamento (CE) n.º 1782/2003 do Conselho, de 29 de Setembro de 2003 ⁽³⁾, estabeleceu regras comuns para os regimes de apoio directo no âmbito da política agrícola comum e instituiu determinados regimes de apoio aos agricultores.
- (2) É necessário alterar essas regras comuns e regimes de apoio, a fim de possibilitar a sua aplicação na República Checa, na Estónia, em Chipre, na Letónia, na Lituânia, na Hungria, em Malta, na Polónia, na Eslovénia e na Eslováquia (adiante designados «novos Estados-Membros»).
- (3) Com vista à introdução de modulação nos novos Estados-Membros, a Comissão deve estabelecer limites máximos nacionais para o montante suplementar de ajuda no que respeita a esses Estados-Membros.

- (4) Os agricultores dos novos Estados-Membros receberão pagamentos directos, de acordo com um mecanismo de introdução progressiva. Com o objectivo de atingir um equilíbrio adequado entre os instrumentos destinados a promover a agricultura sustentável e os destinados a promover o desenvolvimento rural, o regime da modulação não deve ser implementado nos novos Estados-Membros até que o nível dos pagamentos directos neles aplicável seja igual, pelo menos, ao nível aplicável na Comunidade na sua composição em 30 de Abril de 2004.

- (5) Tendo em conta o nível dos pagamentos directos aos agricultores nos novos Estados-Membros resultante da introdução progressiva, deverá prever-se que, no âmbito da aplicação do calendário de aumentos de todos os pagamentos directos concedidos nos novos Estados-Membros previsto no artigo 143.ºA, o instrumento da disciplina financeira não seja aplicável nos novos Estados-Membros até que o nível dos pagamentos directos aplicável nos novos Estados-Membros seja pelo menos igual ao nível aplicável na Comunidade na sua composição em 30 de Abril de 2004.

- (6) Os pagamentos directos no quadro do regime de pagamento único são baseados em montantes de referência relativos aos pagamentos directos que eram recebidos anteriormente ou em pagamentos por hectare regionalizados. Os agricultores dos novos Estados-Membros não recebiam pagamentos directos comunitários, pelo que não dispõem de referências históricas para os anos civis de 2000, 2001 e 2002. Por conseguinte, o regime de pagamento único nos novos Estados-Membros deve basear-se em pagamentos por hectare regionalizados, subdivididos entre regiões de acordo com critérios objectivos e divididos pelos agricultores cujas explorações estejam localizadas na região em causa e satisfaçam os critérios de elegibilidade.

- (7) O montante dos pagamentos directos, discriminado em limites máximos nacionais, a título do regime de pagamento único aplicável nos novos Estados-Membros deve basear-se nas quotas, limites máximos e quantidades acordadas nas negociações de adesão multiplicados pelos montantes de ajuda por hectare, por cabeça ou tonelada aplicáveis.

⁽¹⁾ JO L 236 de 23.9.2003, p. 17.

⁽²⁾ JO L 236 de 23.9.2003, p. 33.

⁽³⁾ JO L 270 de 21.10.2003, p. 1.

- (8) A partir de 1 de Abril de 2005, é alterada a medida de apoio ao mercado a favor da produção de forragens secas, prevista no Regulamento (CE) n.º 1786/2003 do Conselho, de 29 de Setembro de 2003, que institui a organização comum do mercado no sector das forragens secas⁽¹⁾. A partir dessa data, o apoio ao mercado é parcialmente transformado num pagamento directo concedido aos agricultores. Para evitar uma diminuição, em 2005, do apoio global a favor dos novos Estados-Membros, é adequado derogar ao princípio geral da introdução progressiva dos pagamentos directos. Por conseguinte, a componente relativa às forragens secas no limite máximo nacional para o regime de pagamento único deve ser calculada a 100 % do nível da ajuda, em vez de ao nível correspondente à introdução progressiva.
- (9) No âmbito da opção de aplicação regionalizada do regime de pagamento único, os novos Estados-Membros devem ter a possibilidade de ajustar o prémio por hectare com base em critérios objectivos, a fim de garantir um tratamento equitativo dos agricultores e evitar distorções de mercado.
- (10) Os novos Estados-Membros devem ter a possibilidade de aplicar parcialmente o regime de pagamento único e/ou de não o aplicar em determinados sectores.
- (11) Os limites máximos sectoriais para a aplicação parcial e/ou a não aplicação do regime de pagamento único em determinados sectores devem ser baseados nas quotas, limites máximos e quantidades que foram acordados nas negociações de adesão.
- (12) A transição do regime de pagamento único por superfície para o regime de pagamento único e para outros regimes de ajuda pode dar origem a dificuldades de adaptação que não são objecto do presente regulamento. Para fazer face a tal eventualidade, o Regulamento (CE) n.º 1782/2003 deve conter uma disposição de carácter geral que permita à Comissão adoptar medidas transitórias necessárias para um determinado período.
- (13) Dada a curta duração do período de programação, o Acto de Adesão previu, em vez de uma programação (Ligação entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural) LEADER+ distinta, a possibilidade de integrar uma medida de tipo LEADER+ nos programas principais. Por conseguinte, a medida de «gestão de estratégias integradas de desenvolvimento rural por parcerias locais» introduzida no Regulamento (CE) n.º 1257/1999 do Conselho, de 17 de Maio de 1999, relativo ao apoio do Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola (FEOGA) ao desenvolvimento rural⁽²⁾, não é necessária para os novos Estados-Membros, uma vez que já está incluída na «medida do tipo LEADER+».

- (14) Os Regulamentos (CE) n.º 1782/2003, (CE) n.º 1786/2003 e (CE) n.º 1257/1999 do Conselho devem ser alterados nesse sentido,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

O Regulamento (CE) n.º 1782/2003 é alterado do seguinte modo:

- No artigo 5.º, é aditado o seguinte período ao primeiro parágrafo do n.º 2:
«Os novos Estados-Membros devem assegurar que as terras ocupadas por pastagens permanentes em 1 de Maio de 2004 sejam mantidas como pastagens permanentes.»
- Ao artigo 12.º, é aditado o seguinte parágrafo:
«5. No que respeita aos novos Estados-Membros, os limites máximos referidos no n.º 2 são fixados pela Comissão nos termos do n.º 2 do artigo 144.º.»
- Após o artigo 12.º, é inserido o seguinte artigo:

«Artigo 12.ºA

Aplicação aos novos Estados-Membros

- Os artigos 10.º e 12.º não são aplicáveis aos novos Estados-Membros até ao início do ano civil em que o nível dos pagamentos directos aplicável nos novos Estados-Membros é, pelo menos, igual ao nível então aplicável desses pagamentos na Comunidade na sua composição em 30 de Abril de 2004.
- No âmbito da aplicação do calendário de aumentos previsto no artigo 143.ºA a todos os pagamentos directos concedidos nos novos Estados-Membros, o artigo 11.º não é aplicável aos novos Estados-Membros até ao início do ano civil em que o nível dos pagamentos directos aplicável nos novos Estados-Membros seja, pelo menos, igual ao nível então aplicável desses pagamentos na Comunidade na sua composição em 30 de Abril de 2004.»
- No artigo 54.º, é aditado o seguinte período ao primeiro parágrafo do n.º 2:

«No que respeita aos novos Estados-Membros, a referência à data prevista para os pedidos de ajudas por superfície para 2003 deve ser entendida como uma referência a 30 de Junho de 2003.»

⁽¹⁾ JO L 270 de 21.10.2003, p. 114.

⁽²⁾ JO L 160 de 26.6.1999, p. 80. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1783/2003 (JO L 270 de 21.10.2003, p. 70).

5. No título III é aditado o seguinte capítulo:

«CAPÍTULO 6

APLICAÇÃO NOS NOVOS ESTADOS-MEMBROS

Artigo 71.ºA

1. Salvo disposição em contrário do presente capítulo, as disposições do presente título são aplicáveis aos novos Estados-Membros.

Os artigos 33.º, 34.º, 37.º, 38.º e 39.º, os n.ºs 1, 2, 3 e 5 do artigo 40.º e os artigos 41.º, 42.º, 43.º, 47.º a 50.º, 53.º e 58.º a 63.º não são aplicáveis.

2. Qualquer novo Estado-Membro que aplique o regime de pagamento único por superfície deve adoptar as decisões referidas no n.º 1 do artigo 64.º e no n.º 1 do artigo 71.º até ao dia 1 de Agosto do ano anterior àquele em que aplicar o regime de pagamento único pela primeira vez.

Artigo 71.ºB

Pedido de ajuda

1. Os agricultores devem apresentar os pedidos de ajuda a título do regime de pagamento único até uma data a fixar pelos novos Estados-Membros, não posterior a 15 de Maio.

2. Excepto em caso de força maior ou circunstâncias excepcionais na acepção do n.º 4 do artigo 40.º, não são atribuídos quaisquer direitos aos agricultores se estes não se candidatarem ao regime de pagamento único até 15 de Maio do primeiro ano de aplicação do regime de pagamento único.

3. Os montantes correspondentes a direitos não atribuídos revertem para a reserva nacional referida no artigo 71.ºD e ficam disponíveis para reafecção.

Artigo 71.ºC

Limite máximo

Os limites máximos para os novos Estados-Membros são os referidos no anexo VIII A.

Artigo 71.ºD

Reserva nacional

1. Cada novo Estado-Membro procede a uma redução percentual linear do seu limite máximo nacional, a fim de constituir uma reserva nacional. Essa redução não pode ser superior a 3 %, sem prejuízo da aplicação do n.º 3 do artigo 71.ºB.

2. Os novos Estados-Membros devem utilizar a reserva nacional para repartir, de acordo com critérios objectivos e de uma forma que assegure a igualdade de tratamento dos

agricultores e evite distorções do mercado e da concorrência, os direitos aos pagamentos aos agricultores que se encontrem numa situação especial, a definir pela Comissão nos termos do n.º 2 do artigo 144.º

3. Durante o primeiro ano de aplicação do regime de pagamento único, os novos Estados-Membros podem utilizar a reserva nacional para repartir os direitos aos pagamentos, de acordo com critérios objectivos e de uma forma que assegure a igualdade de tratamento dos agricultores e evite distorções de mercado e de concorrência, aos agricultores de determinados sectores que se encontrem numa situação especial, devido à transição para regime de pagamento único. Esses direitos aos pagamentos serão distribuídos segundo regras a definir pela Comissão nos termos do n.º 2 do artigo 144.º

4. Em aplicação dos n.ºs 2 e 3, os novos Estados-Membros podem aumentar o valor unitário dos direitos dentro de um limite máximo de 5 000 euros, e/ou o número de direitos atribuídos aos agricultores.

5. Os novos Estados-Membros devem proceder a reduções lineares dos direitos se a sua reserva nacional não for suficiente para cobrir os casos referidos nos n.ºs 2 e 3.

6. Excepto em caso de transferência por herança ou herança antecipada e em derrogação do artigo 46.º, os direitos estabelecidos por utilização da reserva nacional não podem ser transferidos durante um período de cinco anos a contar da sua atribuição.

Em derrogação do n.º 1 do artigo 45.º, qualquer direito que não tenha sido utilizado durante cada ano do período de cinco anos reverte imediatamente para a reserva nacional.

Artigo 71.ºE

Repartição regional do limite máximo referido no artigo 71.ºC

1. Os novos Estados-Membros aplicam o regime de pagamento único a nível regional.

2. Os novos Estados-Membros definem as regiões de acordo com critérios objectivos.

Os novos Estados-Membros com menos de três milhões de hectares elegíveis podem ser considerados uma única região.

3. Cada novo Estado-Membro subdivide o seu limite nacional máximo referido no artigo 71.ºC, após cada redução a título do artigo 71.ºD, entre as regiões de acordo com critérios objectivos.

Artigo 71.ºF

Regionalização do regime de pagamento único

1. Todos os agricultores cujas explorações estejam situadas numa dada região recebem direitos cujo valor unitário é calculado dividindo o limite máximo regional estabelecido nos termos do artigo 71.ºE pelo número de hectares elegíveis, na acepção do n.º 2 do artigo 44.º, fixado a nível regional.

2. O número de direitos por agricultor é igual ao número de hectares por ele declarados, nos termos do n.º 2 do artigo 44.º, no primeiro ano de aplicação do regime de pagamento único, excepto em caso de força maior ou circunstâncias excepcionais na acepção do n.º 4 do artigo 40.º

3. Os direitos aos pagamentos por hectare não são alterados, salvo disposição em contrário.

Artigo 71.ºG

Utilização das terras

1. Os agricultores podem, em derrogação do artigo 51.º e nos termos do presente artigo, utilizar também as parcelas declaradas nos termos do n.º 3 do artigo 44.º para a produção dos produtos referidos no n.º 2 do artigo 1.º do Regulamento (CE) n.º 2200/96 (*) e no n.º 2 do artigo 1.º do Regulamento (CE) n.º 2201/96 (**) e de batatas que não as destinadas ao fabrico de fécula de batata que beneficiam da ajuda prevista no artigo 93.º do presente regulamento, com excepção das culturas permanentes.

2. Os novos Estados-Membros estabelecem o número de hectares que podem ser utilizados nos termos do n.º 1 do presente artigo, subdividindo, de acordo com critérios objectivos, a média do número de hectares utilizados para a produção dos produtos referidos no n.º 1 a nível nacional durante o período trienal de 2000 — 2002 pelas regiões definidas nos termos do n.º 2 do artigo 71.ºE. O número médio de hectares a nível nacional e o número de hectares a nível regional são fixados pela Comissão nos termos do n.º 2 do artigo 144.º, com base nos dados comunicados pelo novo Estado-Membro.

3. Dentro do limite estabelecido nos termos do n.º 2 para a região em causa, o agricultor é autorizado a recorrer à possibilidade prevista no n.º 1:

- a) Dentro do limite do número de hectares utilizados para a produção dos produtos referidos no n.º 1 em 2003;
- b) Em derrogação do segundo parágrafo do n.º 2 do artigo 71.ºA, se forem aplicados, *mutatis mutandis*, o artigo 40.º e o n.º 4 do artigo 42.º, dentro do limite de um

número de hectares a estabelecer de acordo com critérios objectivos e de uma forma que garanta a igualdade de tratamento dos agricultores e evite distorções de mercado e de concorrência.

4. Dentro do limite do número de hectares que continuam disponíveis após aplicação do n.º 3, os agricultores são autorizados a produzir os produtos referidos no n.º 1 num número de hectares que não o abrangido pelo n.º 3, dentro do limite de um número de hectares utilizados para a produção dos produtos referidos no n.º 1 em 2004 e/ou 2005, sendo dada prioridade aos agricultores que tenham produzido os referidos produtos já em 2004 dentro do limite do número de hectares utilizados nesse mesmo ano.

Em caso de aplicação do artigo 71.º ou do artigo 143.ºB, os anos de 2004 e 2005 serão substituídos, respectivamente, pelo ano anterior ao ano de aplicação do regime de pagamento único e pelo próprio ano de aplicação.

5. Para estabelecer os limites individuais referidos nos n.ºs 3 e 4, os novos Estados-Membros recorrem aos dados individuais do agricultor, quando existam, ou a qualquer outra prova por este fornecida a contento desses Estados-Membros.

6. O número de hectares para os quais foi concedida a autorização nos termos dos n.ºs 3 e 4 nunca pode exceder o número de hectares elegíveis, definidos no n.º 2 do artigo 44.º, declarado no primeiro ano de aplicação do regime de pagamento único.

7. A autorização é utilizada, dentro da região em causa, com o correspondente direito de pagamento.

8. O relatório referido no artigo 60.º diz igualmente respeito à aplicação pelos novos Estados-Membros.

Artigo 71.ºH

Prados

Os novos Estados-Membros podem também, de acordo com critérios objectivos e dentro do limite máximo regional ou parte deste, estabelecer valores unitários diferentes para os direitos a atribuir aos agricultores referidos no n.º 1 do artigo 71.ºF, em relação aos hectares afectados a prados tal como identificados em 30 de Junho de 2003 e a qualquer outro hectare elegível ou, em alternativa, em relação aos hectares ocupados por pastagens permanentes tal como identificados em 30 de Junho de 2003 e a qualquer outro hectare elegível.

Artigo 71.^oI**Prémio aos produtos lácteos e pagamentos complementares**

A partir de 2007, os montantes decorrentes do prémio aos produtos lácteos e dos pagamentos complementares previstos nos artigos 95.^o e 96.^o, a conceder em 2007, são incluídos no regime de pagamento único.

No entanto, os novos Estados-Membros podem decidir que os montantes resultantes do prémio aos produtos lácteos e dos pagamentos complementares previstos nos artigos 95.^o e 96.^o sejam incluídos, no todo ou em parte, no regime de pagamento único a partir de 2005. Os direitos estabelecidos nos termos do presente parágrafo devem ser alterados nesse sentido.

O montante utilizado para o estabelecimento dos direitos a esses pagamentos é igual aos montantes a conceder nos termos dos artigos 95.^o e 96.^o, calculados com base na quantidade de referência individual de leite disponível na exploração em 31 de Março do ano da inclusão, total ou parcial, desses pagamentos no regime de pagamento único.

Em derrogação do n.º 1 do artigo 71.^oA, os artigos 48.^o, 49.^o e 50.^o são aplicáveis *mutatis mutandis*.

Artigo 71.^oJ**Direitos por retirada de terras da produção**

1. Os agricultores recebem uma parte dos seus direitos aos pagamentos sob a forma de direitos por retirada de terras.

2. O número de direitos por retirada de terras é estabelecido multiplicando as terras elegíveis do agricultor, na acepção do n.º 2 do artigo 54.^o, declaradas no primeiro ano de aplicação do regime de pagamento único, pela taxa de retirada de terras aplicável.

A taxa de retirada de terras é calculada multiplicando a taxa de base de retirada de terras obrigatória de 10 % pela proporção, na região em causa, entre a superfície ou as superfícies de base regionais referidas no terceiro parágrafo do artigo 101.^o e as terras elegíveis na acepção do n.º 2 do artigo 54.^o

3. O valor dos direitos por retirada de terras da produção é o valor regional para os direitos aos pagamentos estabelecido nos termos do n.º 1 do artigo 71.^oF.

4. Os n.ºs 1 a 3 não são aplicáveis aos agricultores que declarem um número de hectares, na acepção do n.º 2 do artigo 54.^o, inferior ao que seria necessário para produzir um número de toneladas igual a 92 toneladas de cereais definido no anexo IX, com base no rendimento de referência referido no anexo IX aplicável ao novo Estado-Membro em que a exploração está situada, dividido pela proporção referida no segundo parágrafo do n.º 2.

Artigo 71.^oK**Condições aplicáveis aos direitos**

1. Em derrogação do n.º 1 do artigo 46.^o, os direitos estabelecidos nos termos do presente capítulo só podem ser transferidos ou utilizados dentro de uma mesma região, ou entre regiões em que os direitos por hectare sejam idênticos.

2. Os novos Estados-Membros podem também decidir, o mais tardar até ao dia 1 de Agosto do ano anterior ao primeiro ano de aplicação do regime de pagamento único e no respeito do princípio geral do Direito Comunitário, que os direitos estabelecidos nos termos do presente capítulo sejam alterados progressivamente, por etapas pré-definidas e de acordo com critérios objectivos.

Artigo 71.^oL**Aplicação facultativa**

1. As secções 2, 3 e 4 do capítulo 5 são aplicáveis aos novos Estados-Membros nas condições do presente artigo. No entanto, a secção 4 não é aplicável aos novos Estados-Membros que apliquem o regime de pagamento único por superfície referido no artigo 143.^oB.

2. Qualquer referência nas secções 2 e 3 do capítulo 5 ao artigo 41.^o, nomeadamente no que se refere aos limites máximos nacionais, deve ser entendida como sendo feita ao artigo 71.^oC.

3. O relatório referido no n.º 3 do artigo 64.^o inclui as opções previstas no presente capítulo.

(*) JO L 297 de 21.11.1996, p. 1.

(**) JO L 297 de 21.11.1996, p. 29.»

6. No artigo 74.º, o n.º 1 passa a ter a seguinte redacção:

«1. A ajuda é concedida a superfícies de base nacionais nas zonas tradicionais de produção enumeradas no anexo X.

As superfícies de base são as seguintes:

Grécia	617 000 ha
Espanha	594 000 ha
França	208 000 ha
Itália	1 646 000 ha
Chipre	6 183 ha
Hungria	2 500 ha
Áustria	7 000 ha
Portugal	118 000 ha»

7. No artigo 78.º, o n.º 1 passa a ter a seguinte redacção:

«1. É estabelecida uma superfície máxima garantida de 1 600 000 ha, relativamente à qual pode ser concedida a ajuda.»

8. No artigo 80.º, o n.º 2 passa a ter a seguinte redacção:

«2. A ajuda é fixada do seguinte modo, de acordo com os rendimentos nos Estados-Membros em questão:

	Campanha de comercialização de 2004/2005 em caso de aplicação do artigo 71.º (euros/ha)	A partir da campanha de comercialização de 2005/2006 (euros/ha)
Grécia	1 323,96	561,00
Espanha	1 123,95	476,25
França:		
— território metropolitano	971,73	411,75
— Guiana francesa	1 329,27	563,25
Itália	1 069,08	453,00
Hungria	548,70	232,50
Portugal	1 070,85	453,75»

9. O artigo 81.º passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 81.º

Superfícies

É estabelecida uma superfície de base nacional para cada Estado-Membro produtor. Contudo, para a França são estabelecidas duas superfícies de base. As superfícies de base são as seguintes:

Grécia	20 333 ha
Espanha	104 973 ha
França:	
— território metropolitano	19 050 ha
— Guiana francesa	4 190 ha
Itália	219 588 ha
Hungria	3 222 ha
Portugal	24 667 ha

Qualquer Estado-Membro pode subdividir a sua superfície ou as suas superfícies de base em subsuperfícies de base, de acordo com critérios objectivos.»

10. O artigo 84.º passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 84.º

Superfícies

1. Cada Estado-Membro concede a ajuda comunitária dentro de um limite máximo calculado multiplicando o número de hectares da sua SNG, estabelecida no n.º 3, pelo montante médio de 120,75 euros.

2. É estabelecida uma superfície máxima garantida de 812 400 ha.

3. A superfície máxima garantida referida no n.º 2 é dividida nas seguintes SNG:

Superfícies nacionais garantidas (SNG)

Bélgica	100 ha
Alemanha	1 500 ha
Grécia	41 100 ha
Espanha	568 200 ha
França	17 300 ha
Itália	130 100 ha
Chipre	5 100 ha
Luxemburgo	100 ha
Hungria	2 900 ha
Países Baixos	100 ha
Áustria	100 ha
Polónia	1 000 ha
Portugal	41 300 ha
Eslovénia	300 ha
Eslováquia	3 100 ha
Reino Unido	100 ha

4. Cada Estado-Membro pode subdividir a sua SNG em subsuperfícies, de acordo com critérios objectivos, nomeadamente a nível regional ou em função da produção.»

11. O artigo 90.º passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 90.º

Condições de elegibilidade

A ajuda é concedida apenas em relação às superfícies cuja produção seja objecto de um contrato entre o agricultor e a indústria de transformação, excepto nos casos em que a transformação é efectuada pelo próprio agricultor, na exploração.

As superfícies que tenham sido objecto de um pedido de candidatura ao regime das culturas energéticas não podem ser contabilizadas como retiradas da produção para efeitos da obrigação de retirada de terras referida no n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 1251/1999, assim como no n.º 2 do artigo 54.º, no n.º 2 do artigo 63.º, no artigo 71.º] e no n.º 1 do artigo 107.º do presente regulamento.»

12. O artigo 94.º passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 94.º

Condições

A ajuda é paga apenas em relação à quantidade de batatas objecto de um contrato de cultura entre o produtor de batata e a empresa produtora de fécula, dentro do limite do contingente atribuído à referida empresa, nos termos do n.º 2 ou do n.º 4 do artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 1868/94.»

13. No artigo 99.º, o n.º 3 passa a ter a seguinte redacção:

«3. O montante da ajuda pedida não deve exceder o limite máximo fixado pela Comissão nos termos do n.º 2 do artigo 64.º, correspondente à componente das ajudas à produção de sementes para as espécies em causa no limite máximo nacional referido no artigo 41.º No entanto, no que respeita aos novos Estados-Membros, este limite máximo corresponde aos montantes indicados no anexo XI A.

Sempre que o montante total da ajuda pedida exceda o limite máximo fixado, a ajuda por agricultor é reduzida proporcionalmente à superação no ano em questão.»

14. No artigo 101.º, a seguir ao segundo parágrafo, é inserido o seguinte parágrafo:

«No entanto, a ou as superfícies regionais de base nos novos Estados-Membros são fixadas pela Comissão nos termos do n.º 2 do artigo 144.º, dentro dos limites das superfícies de base nacionais enumeradas no anexo IX B.»

15. No artigo 103.º, a seguir ao primeiro parágrafo, é inserido o seguinte parágrafo:

«Em alternativa, no que respeita a qualquer novo Estado-Membro que aplique o regime de pagamento único por superfície referido no artigo 143.ºB em 2004 e opte pela aplicação do artigo 66.º, o plano de regionalização é estabelecido, de acordo com critérios objectivos, o mais tardar até 1 de Agosto do último ano de aplicação do regime de pagamento único por superfície. Neste caso, o total das superfícies de base regionais e a média ponderada dos rendimentos de referência regionais devem respeitar os limites para a superfície de base nacional e o rendimento de referência constantes do anexo XI B.»

16. O artigo 105.º passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 105.º

Complemento para o trigo duro

1. É pago um complemento ao pagamento por superfície de:

- 291 euros por hectare para a campanha de comercialização de 2005/2006,
- 285 euros por hectare a partir da campanha de comercialização de 2006/2007,

para as superfícies semeadas com trigo duro nas zonas tradicionais de produção enumeradas no anexo X, dentro dos limites a seguir indicados:

Grécia	617 000 ha
Espanha	594 000 ha
França	208 000 ha
Itália	1 646 000 ha
Chipre	6 183 ha
Hungria	2 500 ha
Áustria	7 000 ha
Portugal	118 000 ha.

2. Se, no decurso de uma dada campanha, o total das superfícies para as quais é pedido um complemento ao pagamento por superfície for superior ao limite acima indicado, deve-se reduzir proporcionalmente a superfície por agricultor relativamente à qual o complemento pode ser pago.

Todavia, e sob reserva dos limites por Estado-Membro fixados no n.º 1, os Estados-Membros podem repartir as superfícies indicadas nesse número pelas zonas de produção definidas no anexo X ou, no que respeita aos Estados-Membros da Comunidade na sua composição em 30 de Abril de 2004, se for caso disso, pelas regiões de produção do plano de regionalização, de acordo com a importância da cultura do trigo duro durante o período de 1993 a 1997. Nesse caso, se o total das superfícies para as quais é pedido um complemento ao pagamento por superfície numa região de produção for, no decurso de uma dada campanha, superior ao limite regional correspondente, a superfície por agricultor da região de produção em questão relativamente à qual o complemento pode ser pago deve ser reduzida proporcionalmente. Essa redução é efectuada quando, no Estado-Membro em questão, as superfícies situadas em regiões que não tenham atingido os seus limites regionais tiverem sido distribuídas pelas regiões em que esses limites tenham sido excedidos.

3. Nas regiões em que a produção de trigo duro esteja bem estabelecida, com excepção das constantes do anexo X, é concedida uma ajuda especial de 46 euros por hectare para a campanha de comercialização de 2005/2006, até ao limite do número de hectares a seguir indicado:

Alemanha	10 000 ha
Espanha	4 000 ha
França	50 000 ha
Itália	4 000 ha
Hungria	4 305 ha
Eslováquia	4 717 ha
Reino Unido	5 000 ha.»

17. O artigo 108.º passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 108.º

Terras elegíveis

Não podem ser apresentados pedidos de pagamentos relativamente a terras que, à data prevista para os pedidos de ajudas por superfície para 2003, se encontrem ocupadas por pastagens permanentes, culturas permanentes ou florestas ou estejam a ser utilizadas para fins não agrícolas.

No que se refere aos novos Estados-Membros, não podem ser apresentados pedidos de pagamento relativamente a terras que, em 30 Junho 2003, se encontravam afectas a pastagens permanentes, a culturas permanentes, a florestas ou a utilizações não agrícolas.

Os Estados-Membros podem, em condições a determinar nos termos do n.º 2 do artigo 144.º, estabelecer derrogações ao primeiro ou ao segundo parágrafos do presente artigo, desde que tomem medidas para evitar um aumento significativo da superfície agrícola total elegível.»

18. No artigo 116.º, o n.º 2 passa a ter a seguinte redacção:

«2. Os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para assegurar que a soma dos direitos ao prémio nos seus territórios não exceda os limites máximos nacionais estabelecidos no n.º 4 e que possam ser mantidas as reservas nacionais referidas no artigo 118.º

Excepto nos casos em que se aplica o artigo 143.ºB, os novos Estados-Membros devem repartir limites máximos individuais pelos produtores e estabelecer as reservas nacionais a partir do número global de direitos ao prémio reservados para cada um desses novos Estados-Membros tal como consta do n.º 4, o mais tardar um ano a contar da data da adesão.

Depois do termo do período de aplicação do regime de pagamento único por superfície, nos termos do artigo 143.ºB e sempre que se aplicar o artigo 67.º, a repartição dos limites máximos individuais pelos produtores e a criação da reserva nacional referida no segundo parágrafo serão efectuadas o mais tardar no fim do primeiro ano da aplicação do regime de pagamento único.»

19. No artigo 116.º, o n.º 4 passa a ter a seguinte redacção:

«4. São aplicáveis os limites máximos a seguir indicados:

Estado-Membro	Direitos (x 1 000)
Bélgica	70
República Checa	66,733
Dinamarca	104
Alemanha	2 432
Estónia	48
Grécia	11 023
Espanha	19 580
França	7 842
Irlanda	4 956
Itália	9 575
Chipre	472,401
Letónia	18,437
Lituânia	17,304
Luxemburgo	4
Hungria	1 146
Malta	8,485
Países Baixos	930
Áustria	206
Polónia	335,88
Portugal (*)	2 690
Eslovénia	84,909
Eslováquia	305,756
Finlândia	80
Suécia	180
Reino Unido	19 492
Total	81 667,905

(*) A ajustar quando o Regulamento (CE) n.º 1017/94 deixar de vigorar.»

20. No artigo 119.º, o n.º 3 passa a ter a seguinte redacção:

«3. São aplicáveis os montantes globais a seguir indicados:

(expressos em milhares de euros)

Bélgica	64
República Checa	71
Dinamarca	79
Alemanha	1 793
Estónia	51
Grécia	8 767
Espanha	18 827
França	7 083
Irlanda	4 875
Itália	6 920
Chipre	441
Letónia	19
Lituânia	18
Luxemburgo	4
Hungria	1 212
Malta	9
Países Baixos	743
Áustria	185
Polónia	355
Portugal	2 275
Eslovénia	86
Eslováquia	323
Finlândia	61
Suécia	162
Reino Unido	20 162»

21. No artigo 119.º, é aditado o seguinte número:

«4. Nos novos Estados-Membros, os montantes globais são aplicados segundo o calendário de aumentos estabelecido no artigo 143.ºA.».

22. No artigo 123.º, o n.º 8 passa a ter a seguinte redacção:

«8. São aplicáveis os limites máximos regionais a seguir indicados:

Bélgica	235 149
República Checa	244 349
Dinamarca	277 110
Alemanha	1 782 700
Estónia	18 800
Grécia	143 134
Espanha	713 999 (*)
França	1 754 732 (**)
Irlanda	1 077 458
Itália	598 746
Chipre	12 000
Letónia	70 200
Lituânia	150 000
Luxemburgo	18 962
Hungria	94 620
Malta	3 201
Países Baixos	157 932
Áustria	373 400
Polónia	926 000
Portugal	175 075 (***) (****)
Eslovénia	92 276
Eslováquia	78 348
Finlândia	250 000
Suécia	250 000
Reino Unido	1 419 811 (*****)

(*) Sem prejuízo das regras específicas previstas no Regulamento (CE) n.º 1454/2001.

(**) Sem prejuízo das regras específicas previstas no Regulamento (CE) n.º 1452/2001.

(***) Sem prejuízo das regras específicas previstas no Regulamento (CE) n.º 1453/2001.

(****) A ajustar quando o Regulamento (CE) n.º 1017/94 deixar de vigorar.

(*****) Este limite máximo será temporariamente aumentado em 100 000, para 1 519 811, até que os animais vivos com menos de seis meses de idade possam ser exportados.»

23. No artigo 126.º, o n.º 1 passa a ter a seguinte redacção:

«1. É concedida, a cada agricultor que possua vacas em aleitamento, uma ajuda dentro dos limites máximos nacionais estabelecidos ao abrigo do artigo 7.º do Regulamento (CE) n.º 1254/1999 ou do segundo parágrafo do n.º 2.».

24. No artigo 126.º, o n.º 2 passa a ter a seguinte redacção:

«2. Os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para assegurar que a soma dos direitos ao prémio nos seus territórios não exceda os limites máximos nacionais estabelecidos no n.º 5 e que possam ser mantidas as reservas nacionais referidas no artigo 128.º

Os novos Estados-Membros devem repartir limites máximos individuais pelos produtores e estabelecer as reservas nacionais a partir do número global de direitos ao prémio reservados para cada um desses Estados-Membros tal como consta do n.º 5, o mais tardar um ano a contar da data da adesão.

Depois do termo do período de aplicação do regime de pagamento único por superfície, nos termos do artigo 143.ºB e sempre que se aplicar a subalínea i) da alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º, a repartição dos limites máximos individuais pelos produtores e a criação da reserva nacional referida no segundo parágrafo serão efectuadas o mais tardar no fim do primeiro ano da aplicação do regime de pagamento único.».

25. No artigo 126.º, o n.º 5 passa a ter a seguinte redacção:

«5. São aplicáveis os limites máximos nacionais a seguir indicados:

Bélgica	394 253
República Checa (*)	90 300
Dinamarca	112 932
Alemanha	639 535
Estónia (*)	13 416
Grécia	138 005
Espanha (**)	1 441 539
França (***)	3 779 866
Irlanda	1 102 620
Itália	621 611
Chipre (*)	500
Letónia (*)	19 368
Lituânia (*)	47 232
Luxemburgo	18 537
Hungria (*)	117 000
Malta (*)	454
Países Baixos	63 236
Áustria	375 000
Polónia (*)	325 581
Portugal (****) (*****)	416 539
Eslovénia (*)	86 384
Eslováquia (*)	28 080
Finlândia	55 000
Suécia	155 000
Reino Unido	1 699 511

(*) Aplicável a partir da data da adesão.

(**) Sem prejuízo das regras específicas previstas no Regulamento (CE) n.º 1454/2001.

(***) Sem prejuízo das regras específicas previstas no Regulamento (CE) n.º 1452/2001.

(****) Sem prejuízo das regras específicas previstas no Regulamento (CE) n.º 1453/2001.

(*****) A aumentar no valor dos prémios resultantes da aplicação desse regulamento em 2003 e 2004, quando o Regulamento (CE) n.º 1017/94 deixar de vigorar.»

26. No artigo 130.º, é aditado o seguinte parágrafo ao n.º 3:

«No que respeita aos novos Estados-Membros, os limites nacionais são os indicados no quadro seguinte:

	Touros, bois, vacas e novilhas	Vitelos entre 1 e 8 meses e com um peso de carcaça até 185 kg
República Checa	483 382	27 380
Estónia	107 813	30 000
Chipre	21 000	—
Letónia	124 320	53 280
Lituânia	367 484	244 200
Hungria	141 559	94 439
Malta	6 002	17
Polónia	1 815 430	839 518
Eslovénia	161 137	35 852
Eslováquia	204 062	62 841»

27. No artigo 133.º, o n.º 3 passa a ter a seguinte redacção:

«3. São aplicáveis os montantes globais a seguir indicados:

(expressos em milhares de euros)

Bélgica	39,4
República Checa	8,776017
Dinamarca	11,8
Alemanha	88,4
Estónia	1,13451
Grécia	3,8
Espanha	33,1
França	93,4
Irlanda	31,4
Itália	65,6
Chipre	0,308945
Letónia	1,33068
Lituânia	4,942267
Luxemburgo	3,4
Hungria	2,936076
Malta	0,0637
Países Baixos	25,3
Áustria	12,0
Polónia	27,3
Portugal	6,2
Eslovénia	2,964780
Eslováquia	4,500535
Finlândia	6,2
Suécia	9,2
Reino Unido	63,8»

28. No artigo 135.º, é aditado o seguinte travessão ao primeiro parágrafo do n.º 1:

«— para os novos Estados-Membros: igual aos limites máximos estabelecidos no n.º 8 do artigo 123.º ou ao número médio de abates de bovinos machos em 2001, 2002 e 2003, decorrente das estatísticas Eurostat para esses anos ou de outras informações estatísticas oficiais publicadas em relação a esses anos e aceites pela Comissão.»

29. No artigo 135.º, é aditado o seguinte período ao n.º 4:

«Para os novos Estados-Membros, os anos de referência são os anos de 2001, 2002 e 2003.»

30. No artigo 136.º, é aditado o seguinte período ao segundo parágrafo do n.º 2:

«Para os novos Estados-Membros, os anos de referência são os anos de 1999, 2000 e 2001.»

31. Após o artigo 136.º, é inserido o seguinte artigo:

«Artigo 136.ºA

Condições de aplicação nos novos Estados-Membros

Nos novos Estados-Membros, os montantes globais referidos no n.º 3 do artigo 133.º e o pagamento máximo por superfície a 350 euros a que se refere o n.º 3 do artigo 136.º são aplicados segundo o calendário de aumentos estabelecido no artigo 143.ºA.»

32. No artigo 139.º, é aditado o seguinte período ao primeiro parágrafo:

«No entanto, no que respeita aos novos Estados-Membros, o limite máximo fixado pela Comissão nos termos do n.º 2 do artigo 64.º corresponde à componente de cada um dos pagamentos directos em causa referidos no artigo 71.ºC.»

33. O artigo 143.º passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 143.º

Limite máximo

O total das ajudas pedidas não pode exceder um limite máximo, fixado pela Comissão nos termos do n.º 2 do artigo 64.º, correspondente à componente dos pagamentos por superfície para as leguminosas para grão referidos no anexo VI no limite máximo nacional referido no artigo 41.º No entanto, no que respeita aos novos Estados-Membros, o limite máximo, fixado pela Comissão nos termos do n.º 2 do artigo 64.º, corresponde à componente dos pagamentos por superfície para as leguminosas para grão referidos no anexo VI no limite máximo nacional referido no artigo 71.º C.

Sempre que o montante total da ajuda pedida exceda o limite máximo fixado, a ajuda por agricultor é reduzida proporcionalmente à superação no ano em questão.»

34. No artigo 145.º, a alínea d) passa a ter a seguinte redacção:

«d) Quanto ao regime de pagamento único, regras relativas, nomeadamente, ao estabelecimento da reserva nacional, à transferência de direitos, à definição de culturas permanentes, pastagens permanentes, terrenos agrícolas e prados, às opções previstas nos capítulos 5 e 6 do título III e à lista de culturas autorizadas nas terras retiradas da produção, bem como regras pormenorizadas relativas à observância do Memorando de Acordo relativo a certas sementes oleaginosas celebrado entre a Comunidade Económica Europeia e os Estados Unidos da América no âmbito do GATT, aprovado pela Decisão 93/355/CEE (*).

(*) JO L 147 de 18.6.1993, p. 25.»

35. No artigo 145.º, a alínea i) passa a ter a seguinte redacção:

«i) Eventuais alterações dos anexos II, VI, VII, IX, X e XI atendendo, nomeadamente, à nova legislação comunitária e, no que diz respeito aos anexos VIII e VIII A, em caso de aplicação do artigo 62.º e do artigo 71.ºI, respectivamente, e, se for caso disso, em função das informações comunicadas pelos Estados-Membros relativamente à parte dos montantes de referência correspondente aos pagamentos para as culturas arvenses, assim como aos montantes dos próprios limites máximos, a aumentar em função da diferença entre a superfície efectivamente determinada e a superfície para a qual foram pagos prémios às culturas arvenses em 2000 e 2001, em aplicação dos n.ºs 2 e 3 do artigo 9.º do Regulamento (CEE) n.º 3887/92 (**), dentro do limite das superfícies de base (ou da superfície máxima garantida para o trigo duro) e tendo em conta o rendimento médio nacional utilizado para o cálculo do anexo VIII.

(**) JO L 327 de 12.12.2001, p. 11.»

36. No artigo 145.º, a alínea q) passa a ter a seguinte redacção:

«q) Medidas que sejam simultaneamente necessárias e devidamente justificadas para a resolução, em caso de emergência, de problemas práticos e específicos, nomeadamente os relacionados com a execução do capítulo 4 do título II e dos capítulos 5 e 6 do título III. Essas medidas podem estabelecer derrogações a determinadas partes do presente regulamento, mas apenas na medida e durante o período de tempo estritamente necessários.»

37. O artigo 146.º passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 146.º

Transmissão de informações à Comissão

Os Estados-Membros devem transmitir à Comissão informações pormenorizadas quanto às medidas tomadas em execução do presente regulamento, nomeadamente dos seus artigos 5.º, 13.º, 42.º, 58.º, 71.ºD e 71.ºE.».

38. Após o artigo 154.º, é inserido o seguinte artigo:

«Artigo 154.ºA

Disposições transitórias relativas aos novos Estados-Membros

1. Sempre que sejam necessárias medidas transitórias para facilitar a transição, nos novos Estados-Membros, do regime de pagamento único por superfície para o regime de pagamento único e para outros regimes de ajuda referidos nos títulos III e IV, essas medidas são adoptadas nos termos do n.º 2 do artigo 144.º

2. As medidas referidas no n.º 1 podem ser adoptadas durante um período com início em 1 de Maio de 2004 e termo em 30 de Junho de 2009, não sendo aplicáveis para além desta última data. O Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, pode prolongar esse período.».

39. Após o anexo VIII, é inserido o seguinte anexo:

«ANEXO VIII A

Limites máximos nacionais referidos no artigo 71.ºC

Os limites máximos foram calculados tendo em conta o calendário de aumentos estabelecido no artigo 143.ºA e, por conseguinte, não é necessário reduzi-los.

(milhares de euros)

Ano civil	República Checa	Estónia	Chipre	Letónia	Lituânia	Hungria	Malta	Polónia	Eslovénia	Eslováquia
2005	227,9	23,4	8,9	33,9	92,0	350,8	0,67	724,3	35,5	97,6
2006	265,7	27,3	10,4	39,6	107,3	408,7	0,78	845,0	41,4	113,6
2007	342,4	40,4	13,9	55,6	146,9	495,1	1,59	1 098,8	55,5	144,5
2008	427,8	50,5	17,4	69,5	183,6	618,5	1,99	1 373,4	69,4	180,5
2009	513,2	60,5	20,9	83,4	220,3	741,9	2,38	1 648,0	83,3	216,6
2010	598,5	70,6	24,4	97,3	257,0	865,2	2,78	1 922,5	97,2	252,6
2011	683,9	80,7	27,8	111,2	293,7	988,6	3,18	2 197,1	111,0	288,6
2012	769,3	90,8	31,3	125,1	330,4	1 111,9	3,57	2 471,7	124,9	324,6
anos seguintes	854,6	100,9	34,8	139,0	367,1	1 235,3	3,97	2 746,3	138,8	360,6»

40. O anexo X é completado pelo seguinte texto:

«CHIPRE

HUNGRIA

Regiões

Dél Dunamenti síkság

Dél-Dunántúl

Közép-Alföld

Mezőföld

Berettyo-Kőrös-Maros vidéke

Györi medence

Hajdúság.»

41. Após o anexo VIII, são inseridos os seguintes anexos:

«ANEXO XI A

Limites máximos para as ajudas à produção de sementes nos novos Estados-Membros referidas no n.º 3 do artigo 99.º

(milhares de euros)

Ano civil	República Checa	Estónia	Chipre	Letónia	Lituânia	Hungria	Malta	Polónia	Eslovénia	Eslováquia
2005	0,87	0,04	0,03	0,10	0,10	0,78	0,03	0,56	0,08	0,04
2006	1,02	0,04	0,03	0,12	0,12	0,90	0,03	0,65	0,10	0,04
2007	1,17	0,05	0,04	0,14	0,14	1,03	0,04	0,74	0,11	0,05
2008	1,46	0,06	0,05	0,17	0,17	1,29	0,05	0,93	0,14	0,06
2009	1,75	0,07	0,06	0,21	0,21	1,55	0,06	1,11	0,17	0,07
2010	2,04	0,08	0,07	0,24	0,24	1,81	0,07	1,30	0,19	0,08
2011	2,33	0,10	0,08	0,28	0,28	2,07	0,08	1,48	0,22	0,09
2012	2,62	0,11	0,09	0,31	0,31	2,33	0,09	1,67	0,25	0,11
anos seguintes	2,91	0,12	0,10	0,35	0,35	2,59	0,10	1,85	0,28	0,12

Anexo XI B

Superfícies de base nacionais para as culturas arvenses e rendimentos de referência nos novos Estados-Membros, referidos nos artigos 101.º e 103.º

	Superfície de base (em hectares)	Rendimento de referência (t/ha)
República Checa	2 253 598	4,20
Estónia	362 827	2,40
Chipre	79 004	2,30
Letónia	443 580	2,50
Lituânia	1 146 633	2,70
Hungria	3 487 792	4,73
Malta	4 565	2,02
Polónia	9 454 671	3,00
Eslovénia	125 171	5,27
Eslováquia	1 003 453	4,06»

Artigo 2.º

No artigo 5.º do Regulamento (CE) n.º 1786/2003, o n.º 2 passa a ter a seguinte redacção:

«2. A quantidade máxima garantida referida no n.º 1 é dividida entre os Estados-Membros do seguinte modo:

Quantidades nacionais garantidas (toneladas)

União Económica Belgo-Luxemburguesa (UEBL)	8 000
República Checa	27 942
Dinamarca	334 000
Alemanha	421 000
Grécia	37 500
Espanha	1 325 000
França	1 605 000
Irlanda	5 000
Itália	685 000
Lituânia	650
Hungria	49 593
Países Baixos	285 000
Áustria	4 400
Polónia	13 538
Portugal	30 000
Eslováquia	13 100
Finlândia	3 000
Suécia	11 000
Reino Unido	102 000»

Artigo 3.º

Ao artigo 33.º do Regulamento (CE) n.º 1257/1999 é aditado o seguinte parágrafo:

«A medida prevista no último travessão do segundo parágrafo não é aplicável à República Checa, à Estónia, a Chipre, à Letónia, à Lituânia, à Hungria, a Malta, à Polónia, à Eslovénia e à Eslováquia.»

Artigo 4.º

O presente regulamento entra em vigor em 1 de Maio de 2004, sob reserva da entrada em vigor do Tratado relativo às condições de adesão à União Europeia da República Checa, da República da Estónia, da República de Chipre, da República da Letónia, da República da Lituânia, da República da Hungria, da República de Malta, da República da Polónia, da República da Eslovénia e da República da Eslováquia.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 22 de Março de 2004.

Pelo Conselho

O Presidente

B. COWEN

REGULAMENTO (CE) N.º 584/2004 DA COMISSÃO
de 29 de Março de 2004
que estabelece os valores forfetários de importação para a determinação do preço de entrada de
certos frutos e produtos hortícolas

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 3223/94 da Comissão, de 21 de Dezembro de 1994, que estabelece regras de execução do regime de importação dos frutos e dos produtos hortícolas ⁽¹⁾, e, nomeadamente, o n.º 1 do seu artigo 4.º,

Considerando o seguinte:

- (1) O Regulamento (CE) n.º 3223/94 prevê, em aplicação dos resultados das negociações comerciais multilaterais do Uruguay Round, os critérios para a fixação pela Comissão dos valores forfetários de importação dos países terceiros, relativamente aos produtos e períodos que especifica no seu anexo.

- (2) Em aplicação dos supracitados critérios, os valores forfetários de importação devem ser fixados nos níveis constantes em anexo,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Os valores forfetários de importação referidos no artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 3223/94 são fixados como indicado no quadro constante do anexo.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor em 30 de Março de 2004.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 29 de Março de 2004.

Pela Comissão

J. M. SILVA RODRÍGUEZ
Director-Geral da Agricultura

⁽¹⁾ JO L 337 de 24.12.1994, p. 66. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1947/2002 (JO L 299 de 1.11.2002, p. 17).

ANEXO

do regulamento da Comissão, de 29 de Março de 2004, que estabelece os valores forfetários de importação para a determinação do preço de entrada de certos frutos e produtos hortícolas

(EUR/100 kg)

Código NC	Código países terceiros ⁽¹⁾	Valor forfetário de importação
0702 00 00	052	105,5
	204	41,2
	212	119,6
	624	124,8
	999	97,8
0707 00 05	052	114,0
	068	105,0
	096	80,6
	204	19,6
	220	135,1
0709 90 70	999	90,9
	052	113,8
	204	80,8
0805 10 10, 0805 10 30, 0805 10 50	999	97,3
	052	49,7
	204	44,5
	212	57,6
	220	45,4
	400	44,9
	624	61,4
0805 50 10	999	50,6
	052	47,5
	400	51,0
0808 10 20, 0808 10 50, 0808 10 90	999	49,3
	060	27,3
	388	84,4
	400	119,7
	404	99,5
	508	74,6
	512	78,0
	524	78,9
	528	78,1
	720	83,8
	804	144,6
	999	86,9
0808 20 50	388	72,5
	512	66,9
	528	66,6
	999	68,7

⁽¹⁾ Nomenclatura dos países fixada pelo Regulamento (CE) n.º 2081/2003 da Comissão (JO L 313 de 28.11.2003, p. 11). O código «999» representa «outras origens».

REGULAMENTO (CE) N.º 585/2004 DA COMISSÃO
de 26 de Março de 2004

que altera o Regulamento (CE) n.º 282/2004 relativo ao estabelecimento de um documento para a declaração e o controlo veterinário de animais provenientes de países terceiros e introduzidos na Comunidade

(Texto relevante para efeitos do EEE)

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta a Directiva 91/496/CEE do Conselho, de 15 de Julho de 1991, que fixa os princípios relativos à organização dos controlos veterinários dos animais provenientes de países terceiros introduzidos na Comunidade e que altera as Directivas 89/662/CEE, 90/425/CEE e 90/675/CEE⁽¹⁾, e, nomeadamente, o n.º 2 do seu artigo 3.º e o n.º 2 do seu artigo 7.º,

Considerando o seguinte:

- (1) O artigo 8.º do Regulamento (CE) n.º 282/2004 da Comissão, de 18 de Fevereiro de 2004, relativo ao estabelecimento de um documento para a declaração e o controlo veterinário de animais provenientes de países terceiros e introduzidos na Comunidade⁽²⁾, não exprime com suficiente clareza as disposições transitórias relativas aos postos de inspecção fronteiriços entre os Estados-Membros actuais e os países em vias de adesão, que devem ser suprimidos aquando da adesão, convém pois reformular a sua redacção por forma a eliminar qualquer ambiguidade.
- (2) Dado que o documento veterinário comum de entrada definido no Regulamento (CE) n.º 282/2004 não é suficientemente rigoroso no que se refere às declarações do responsável pelo carregamento na casa 25 e do veterinário oficial na casa 42, é conveniente reformular o documento.

(3) Consequentemente, por forma a clarificar todos estes pontos, torna-se indispensável alterar o Regulamento (CE) n.º 282/2004.

(4) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité Permanente da Cadeia Alimentar e da Saúde Animal,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

O Regulamento (CE) n.º 282/2004 é alterado do seguinte modo:

1. O artigo 8.º passa a ter a redacção seguinte:

«Artigo 8.º

Até 1 de Maio de 2004, o presente regulamento não é aplicável nos postos de inspecção fronteiriços constantes da lista do anexo II, que deverão ser suprimidos a partir da adesão da Hungria, Polónia, República Checa, Eslováquia e Eslovénia.».

2. O modelo de documento veterinário comum de entrada constante do anexo I é substituído pelo que se encontra reproduzido no anexo do presente regulamento.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor em 31 de Março de 2004.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 26 de Março de 2004.

Pela Comissão

David BYRNE

Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO L 268 de 24.9.1991, p. 56. Directiva com a última redacção que lhe foi dada pela Directiva 96/43/CE (JO L 162 de 1.7.1996, p. 1).

⁽²⁾ JO L 49 de 19.2.2004, p. 11.

ANEXO

Comunidade Europeia

Documento Veterinário Comum de Entrada (DVCE Animais)

Parte 1: Características da remessa apresentada	1. Expedidor/Exportador ☐ Nome Endereço País + Código ISO		2. N.º de referência do DVCE Posto de inspeção fronteiriço Número da unidade	
	3. Destinatário Nome Endereço Código Postal País + Código ISO		4. Responsável pela carga Nome Endereço	
	7. Importador Nome Endereço Código Postal País + Código ISO		5. País de origem + Código ISO	
	9. Chegada ao PIF (data e hora estimadas) Data Hora		6. Região de origem Código	
	11. Meios de transporte: Avião ☐ Navio ☐ Vagão ☐ Veículo rodoviário ☐ Outro ☐ Identificação: Referência documental:		8. Endereço de entrega Nome Número de aprovação Endereço Código Postal País + Código ISO	
	12. Espécie animal, raça		10. Documentos veterinários Número Data de emissão Documento(s) de acompanhamento Número(s)	
	16. Animais certificados para: Criação/rendimento ☐ Engorda ☐ Abate ☐ Organismos aprovados ☐ Animais de companhia ☐ Outro ☐ Quarentena ☐ Equídeos registados ☐ Afinação ☐ Circo/Exposição ☐		13. Código da mercadoria (Código NC)	
	17. Número do selo e número do contentor		14. Número de animais	
	18. Transbordo para <input type="text"/>		15. Número de embalagens	
	19. Trânsito para um país terceiro <input type="text"/>		16. Animais certificados para: Criação/rendimento ☐ Engorda ☐ Abate ☐ Organismos aprovados ☐ Animais de companhia ☐ Outro ☐ Quarentena ☐ Equídeos registados ☐ Afinação ☐ Circo/Exposição ☐	
20. Para importação ou importação temporária Importação definitiva <input type="text"/> Reimportação de cavalos <input type="text"/> Importação temporária de cavalos <input type="text"/> Data de saída Ponto de saída		17. Número do selo e número do contentor		
21. Estados-Membros de trânsito <input type="text"/>		18. Transbordo para <input type="text"/>		
22. Meios de transporte após o posto de inspeção fronteiriço Vagão <input type="text"/> Número de registo Avião <input type="text"/> Número de voo Navio <input type="text"/> Nome Veículo rodoviário <input type="text"/> Número de matrícula Outro <input type="text"/>		19. Trânsito para um país terceiro <input type="text"/>		
23. Transportador Nome Número de aprovação Endereço Código Postal País		20. Para importação ou importação temporária Importação definitiva <input type="text"/> Reimportação de cavalos <input type="text"/> Importação temporária de cavalos <input type="text"/> Data de saída Ponto de saída		
24. Guia de marcha Sim ☐ Não ☐		21. Estados-Membros de trânsito <input type="text"/>		
25. Declaração Eu, abaixo assinado, responsável pelo carregamento acima descrito, certifico que, tanto quanto é do meu conhecimento, as declarações feitas na parte 1 do presente documento são verídicas e completas, e comprometo-me a respeitar os requisitos jurídicos da Directiva 91/496/CE; incluindo o pagamento dos controlos veterinários relativos, quer à reexpedição de remessas, à quarentena ou isolamento dos animais ou aos custos da eutanásia e destruição, se necessário.		22. Meios de transporte após o posto de inspeção fronteiriço Vagão <input type="text"/> Número de registo Avião <input type="text"/> Número de voo Navio <input type="text"/> Nome Veículo rodoviário <input type="text"/> Número de matrícula Outro <input type="text"/>		
Local e data da declaração Nome do signatário Assinatura		23. Transportador Nome Número de aprovação Endereço Código Postal País		

Comunidade Europeia

Documento Veterinário Comum de Entrada (DVCE Animais)

Parte 2: Decisão sobre a remessa	26. Controlo documental:	☐ Norma comunitária satisfatório ☐ não satisfatório ☐ ☐ Garantias adicionais satisfatório ☐ não satisfatório ☐ ☐ Exigências nacionais satisfatório ☐ não satisfatório ☐		27. N.º de referência do DVCE:																												
	29. Controlo físico:	Derrogação ☐ Número de animais controlados ☐ satisfatório ☐ não satisfatório ☐	28. Controlo de identidade: Derrogação ☐ satisfatório ☐ não satisfatório ☐																													
	31. Controlo do bem-estar:	Derrogação ☐ À chegada satisfatório ☐ não satisfatório ☐	30. Testes laboratoriais Não ☐ Sim ☐ Testes para: Aleatórios ☐ Suspeitos ☐ Resultados: Pendentes ☐ satisfatório ☐ não satisfatório ☐																													
	33. APTO para transbordo	☐	32. Consequências do transporte para os animais Número de animais mortos ☐ Estimativa ☐ Número de animais inaptos ☐ Estimativa ☐ Número de partos e abortos ☐																													
	35. APTO para o Mercado Interno	☐	34. APTO para trânsito ☐ Para país terceiro ☐ + Código ISO País terceiro ☐ Código ISO do país terceiro: <input type="text"/> PIF ☐ Número da unidade <input type="text"/> PIF de saída: ☐ Número da unidade <input type="text"/>																													
	38. NÃO APTO	☐	36. APTO para importação temporária ☐ Data-limite <input type="text"/> 37. Razões da recusa <table border="0"> <tr><td>1. Falta de/não validade do certificado</td><td>☐</td></tr> <tr><td>2. Não corresponde aos documentos</td><td>☐</td></tr> <tr><td>3. País não aprovado</td><td>☐</td></tr> <tr><td>4. Região não aprovada</td><td>☐</td></tr> <tr><td>5. Espécie interdita</td><td>☐</td></tr> <tr><td>6. Ausência de garantias adicionais</td><td>☐</td></tr> <tr><td>7. Cláusula de salvaguarda</td><td>☐</td></tr> <tr><td>8. Animais doentes ou suspeitos</td><td>☐</td></tr> <tr><td>9. Resultados de análise desfavoráveis</td><td>☐</td></tr> <tr><td>10. Inapto para prosseguir a viagem</td><td>☐</td></tr> <tr><td>11. Ausência de exigências nacionais</td><td>☐</td></tr> <tr><td>12. Infracção à regulamentação internacional sobre o transporte</td><td>☐</td></tr> <tr><td>13. Falta de/não validade da identificação</td><td>☐</td></tr> <tr><td>14. Outra</td><td>☐</td></tr> </table>		1. Falta de/não validade do certificado	☐	2. Não corresponde aos documentos	☐	3. País não aprovado	☐	4. Região não aprovada	☐	5. Espécie interdita	☐	6. Ausência de garantias adicionais	☐	7. Cláusula de salvaguarda	☐	8. Animais doentes ou suspeitos	☐	9. Resultados de análise desfavoráveis	☐	10. Inapto para prosseguir a viagem	☐	11. Ausência de exigências nacionais	☐	12. Infracção à regulamentação internacional sobre o transporte	☐	13. Falta de/não validade da identificação	☐	14. Outra	☐
	1. Falta de/não validade do certificado	☐																														
	2. Não corresponde aos documentos	☐																														
	3. País não aprovado	☐																														
	4. Região não aprovada	☐																														
5. Espécie interdita	☐																															
6. Ausência de garantias adicionais	☐																															
7. Cláusula de salvaguarda	☐																															
8. Animais doentes ou suspeitos	☐																															
9. Resultados de análise desfavoráveis	☐																															
10. Inapto para prosseguir a viagem	☐																															
11. Ausência de exigências nacionais	☐																															
12. Infracção à regulamentação internacional sobre o transporte	☐																															
13. Falta de/não validade da identificação	☐																															
14. Outra	☐																															
39. Informação relativa aos destinos controlados (35, 36 e 38)	N.º de aprovação (se for caso disso) <input type="text"/> Endereço <input type="text"/> Código Postal <input type="text"/>																															
40. Remessa novamente selada	Novo número do selo: <input type="text"/>																															
41. Identificação completa do posto de inspecção fronteiriço e carimbo oficial	PIF <input type="text"/> Carimbo <input type="text"/> Número da unidade <input type="text"/>																															
43. Referência do documento aduaneiro:	42. Veterinário oficial Eu, abaixo assinado, veterinário oficial do posto de inspecção fronteiriço, certifico que os controlos veterinários da presente remessa foram efectuados em conformidade com os requisitos da UE e, quando oportuno, com os requisitos do Estado-Membro de destino Nome (em letras maiúsculas): <input type="text"/> Data: <input type="text"/> Assinatura: <input type="text"/>																															
Parte 3: Controlo	44. Informação relativa à reexpedição: Número do meio de transporte <input type="text"/> Vagão ☐ Avião ☐ Navio ☐ Veículo rodoviário ☐ País de reexpedição: <input type="text"/> + Código ISO <input type="text"/> Data: <input type="text"/>																															
	45. Seguimento PIF de saída: ☐ PIF de destino final ☐ Unidade Veterinária Local ☐ Chegada da remessa Sim ☐ Não ☐ Correspondência da remessa Sim ☐ Não ☐																															
	46. Veterinário oficial Nome (em letras maiúsculas): <input type="text"/> Endereço <input type="text"/> Data: <input type="text"/> Carimbo <input type="text"/> Número da unidade <input type="text"/> Assinatura: <input type="text"/>																															

REGULAMENTO (CE) N.º 586/2004 DA COMISSÃO
de 29 de Março de 2004

que determina em que medida podem ser aceites os pedidos de certificados de importação de determinados produtos do sector da carne de aves de capoeira apresentados em Março de 2004 ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 2497/96

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 2497/96 da Comissão, de 18 de Dezembro de 1996, que estabelece as regras de execução, no sector da carne de aves de capoeira, do regime previsto no acordo de associação e no acordo provisório entre a Comunidade Europeia e o Estado de Israel ⁽¹⁾, e, nomeadamente, o n.º 5 do seu artigo 4.º,

Considerando o seguinte:

Os pedidos de certificados de importação apresentados relativos ao período de 1 de Janeiro a 30 de Abril de 2004 totalizam quantidades superiores às quantidades disponíveis, devendo, por conseguinte, ser reduzidos numa percentagem fixa para se garantir uma repartição equitativa,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

1. Os pedidos de certificados de importação relativos ao período de 1 a 30 de Abril de 2004, apresentados ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 2497/96, são aceites como referido no anexo I.

2. Durante os primeiros sete dias do período de 1 de Maio a 30 de Junho de 2004 podem ser apresentados pedidos, nos termos do Regulamento (CE) n.º 2497/96, de certificados de importação em relação às quantidades totais constantes do anexo II.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor em 30 de Março de 2004.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 29 de Março de 2004.

Pela Comissão

J. M. SILVA RODRÍGUEZ

Director-Geral da Agricultura

⁽¹⁾ JO L 338 de 28.12.1996, p. 48. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 361/2004 (JO L 63 de 28.2.2004, p. 15).

ANEXO I

Grupo	Percentagem de aceitação dos certificados de importação apresentados para o período de 1 Janeiro a 30 de Abril de 2004
IL1	4,08
IL2	—

ANEXO II

(em t)

Número do grupo	Quantidades disponíveis
IL1	245,14
IL2	87,55

REGULAMENTO (CE) N.º 587/2004 DA COMISSÃO
de 29 de Março de 2004

que fixa os preços comunitários de produção e os preços comunitários de importação para os cravos e as rosas em aplicação do regime de importação de determinados produtos de floricultura originários de Chipre, de Israel, da Jordânia, de Marrocos, bem como da Cisjordânia e da Faixa de Gaza

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) n.º 4088/87 do Conselho, de 21 de Dezembro de 1987, que determina as condições de aplicação dos direitos aduaneiros preferenciais na importação de determinados produtos da floricultura originários de Chipre, Israel, Jordânia e Marrocos, bem como da Cisjordânia e da Faixa de Gaza ⁽¹⁾, e, nomeadamente, o n.º 2, alínea a), do seu artigo 5.º,

Considerando o seguinte:

Em aplicação do n.º 2 do artigo 2.º, e do artigo 3.º do Regulamento (CEE) n.º 4088/87 acima referido, os preços comunitários de importação e os preços comunitários de produção são fixados de 15 em 15 dias para os cravos unifloros (*standard*) e cravos multiflores (*spray*), as rosas de flor grande e as rosas de flor pequena, aplicáveis durante períodos de duas semanas. Em conformidade com o artigo 1.ºB do Regulamento (CEE) n.º 700/88 da Comissão, de 17 de Março de 1988, que estabelece determinadas normas de execução do regime aplicável na importação na Comunidade de determinados produtos da floricultura originários de Chipre, de Israel, da Jordânia, de Marrocos, bem como da Cisjordânia e da Faixa de Gaza ⁽²⁾,

estes preços são fixados para períodos de duas semanas com base nos dados ponderados fornecidos pelos Estados-Membros. É importante que os referidos preços sejam fixados sem atrasos a fim de determinar os direitos alfandegários a aplicar. Para o efeito, é oportuno prever a aplicação imediata do presente regulamento,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Os preços comunitários de produção e os preços comunitários de importação para os cravos unifloros (*standard*), os cravos multiflores (*spray*), as rosas de flor grande e as rosas de flor pequena referidos no artigo 1.ºB do Regulamento (CEE) n.º 700/88, relativos a um período de duas semanas, são fixados em anexo.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor em 30 de Março de 2004.

É aplicável de 31 Março a 13 de Abril de 2004.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 29 de Março de 2004.

Pela Comissão

J. M. SILVA RODRÍGUEZ
Director-Geral da Agricultura

⁽¹⁾ JO L 382 de 31.12.1987, p. 22. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1300/97 (JO L 177 de 5.7.1997, p. 1).

⁽²⁾ JO L 72 de 18.3.1988, p. 16. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 2062/97 (JO L 289 de 22.10.1997, p. 1).

ANEXO

do regulamento da Comissão, de 29 de Março de 2004, que fixa os preços comunitários de produção e os preços comunitários de importação para os cravos e as rosas em aplicação do regime de importação de determinados produtos de floricultura originários de Chipre, de Israel, da Jordânia, de Marrocos, bem como da Cisjordânia e da Faixa de Gaza

(em EUR por 100 unidades)

Período: de 31 de Março a 13 de Abril de 2004

Preço comunitário de produção	Cravos unifloros (standard)	Cravos multifloros (spray)	Rosas de flor grande	Rosas de flor pequena
	12,44	11,99	28,13	14,41
Preço comunitário de importação	Cravos unifloros (standard)	Cravos multifloros (spray)	Rosas de flor grande	Rosas de flor pequena
Israel	—	—	—	—
Marrocos	—	—	—	—
Chipre	—	—	—	—
Jordânia	—	—	—	—
Cisjordânia e Faixa de Gaza	7,97	—	—	—

**DIRECTIVA 2004/33/CE DA COMISSÃO
de 22 de Março de 2004**

que dá execução à Directiva 2002/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita a determinadas exigências técnicas relativas ao sangue e aos componentes sanguíneos

(Texto relevante para efeitos do EEE)

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta a Directiva 2002/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Janeiro de 2003, que estabelece normas de qualidade e segurança em relação à colheita, análise, processamento, armazenamento e distribuição de sangue humano e de componentes sanguíneos e que altera a Directiva 2001/83/CE⁽¹⁾, e, nomeadamente, o segundo parágrafo, alíneas b) a g), do seu artigo 29.º,

Considerando o seguinte:

- (1) A Directiva 2002/98/CE estabelece normas de qualidade e segurança destinadas à colheita e à análise de sangue humano e de componentes sanguíneos, qualquer que seja o fim a que se destinem, e ao seu processamento, armazenamento e distribuição, quando destinados a transfusão, por forma a assegurar um elevado nível de protecção da saúde humana.
- (2) A fim de prevenir a transmissão de doenças através do sangue e dos seus componentes e a fim de assegurar um nível equivalente de qualidade e segurança, a Directiva 2002/98/CE precisa do estabelecimento de determinadas exigências técnicas.
- (3) A presente directiva estabelece as referidas exigências técnicas, que têm em conta a Recomendação 98/463/CE do Conselho, de 29 de Junho de 1998, respeitante à elegibilidade dos dadores de sangue e plasma e ao rastreio das dádvas de sangue na Comunidade Europeia⁽²⁾, determinadas recomendações do Conselho da Europa, o parecer do Comité Científico dos Medicamentos e dos Dispositivos Médicos, as monografias da Farmacopeia Europeia, em especial no que respeita ao sangue e aos componentes sanguíneos enquanto matérias-primas para o fabrico de especialidades farmacêuticas, as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), bem como a experiência internacional neste domínio.
- (4) O sangue e os componentes sanguíneos importados de países terceiros, incluindo os utilizados como matérias-primas para o fabrico de medicamentos derivados de sangue e plasma humanos, devem satisfazer as exigências de qualidade e segurança estabelecidas na presente directiva.
- (5) No que diz respeito ao sangue e aos componentes sanguíneos colhidos para efeitos e utilização exclusivos em transfusões autólogas (a chamada dádiva autóloga), devem ser determinadas exigências técnicas específicas, conforme exigido no n.º 2 do artigo 2.º da Directiva 2002/98/CE. As referidas dádvas devem ser claramente identificadas e separadas de outras dádvas a fim de assegurar que não são utilizadas para transfusão em outros pacientes.

(6) É necessário determinar definições comuns para a terminologia técnica, a fim de garantir a aplicação coerente da Directiva 2002/98/CE.

(7) As medidas previstas na presente directiva estão em conformidade com o parecer do comité criado pela Directiva 2002/98/CE,

ADOPTOU A PRESENTE DIRECTIVA:

Artigo 1.º

Definições

Para efeitos da presente directiva, são aplicáveis as definições estabelecidas no anexo I.

Artigo 2.º

Prestação de informações aos candidatos a dadores

Os Estados-Membros devem garantir que os candidatos a dadores de sangue ou de componentes sanguíneos recebem do serviço de sangue as informações constantes da parte A do anexo II.

Artigo 3.º

Informações exigidas aos dadores

Os Estados-Membros devem garantir que, após a manifestação da vontade de iniciar o processo de dádiva de sangue ou de componentes sanguíneos, os dadores fornecem ao serviço de sangue as informações constantes da parte B do anexo II.

Artigo 4.º

Elegibilidade dos dadores

Os serviços de sangue devem garantir que os dadores de sangue total e de componentes sanguíneos cumprem os critérios de elegibilidade estabelecidos no anexo III.

Artigo 5.º

Condições de armazenamento, transporte e distribuição relativas ao sangue e aos componentes sanguíneos

Os serviços de sangue devem garantir que as condições de armazenamento, transporte e distribuição relativas ao sangue e aos componentes sanguíneos satisfazem as exigências estabelecidas no anexo IV.

⁽¹⁾ JO L 33 de 8.2.2003, p. 30.

⁽²⁾ JO L 203 de 21.7.1998, p. 14.

*Artigo 6.º***Exigências relativas à qualidade e segurança do sangue e dos componentes sanguíneos**

Os serviços de sangue devem garantir que as exigências relativas à qualidade e segurança do sangue e dos componentes sanguíneos satisfazem as regras estabelecidas no anexo V.

*Artigo 7.º***Dádivas autólogas**

1. Os serviços de sangue devem garantir que as dádivas autólogas satisfazem as exigências estabelecidas na Directiva 2002/98/CE e as exigências específicas estabelecidas na presente directiva.

2. As dádivas autólogas devem ser claramente identificadas enquanto tais e mantidas separadas das dádivas homólogas de sangue.

*Artigo 8.º***Validação**

Os Estados-Membros devem garantir que todas as análises e processos referidos nos anexos II a V são validados.

*Artigo 8.º***Transposição**

1. Sem prejuízo do artigo 7.º da Directiva 2002/98/CE, os Estados-Membros porão em vigor as disposições legislativas, regulamentares e administrativas necessárias para dar cumpri-

mento à presente directiva, o mais tardar em 8 de Fevereiro de 2005. Os Estados-Membros comunicarão imediatamente à Comissão o texto dessas disposições bem como um quadro de correspondência entre essas disposições e a presente directiva.

As disposições adoptadas pelos Estados-Membros devem fazer referência à presente directiva ou ser acompanhadas da referida referência aquando da sua publicação oficial. As modalidades da referência incumbem aos Estados-Membros.

2. Os Estados-Membros comunicarão à Comissão o texto das principais disposições de direito interno que adoptarem no domínio abrangido pela presente directiva.

*Artigo 10.º***Entrada em vigor**

A presente directiva entra em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

*Artigo 11.º***Destinatários**

Os Estados-Membros são os destinatários da presente directiva.

Feito em Bruxelas, em 22 de Março de 2004.

Pela Comissão

David BYRNE

Membro da Comissão

ANEXO I

DEFINIÇÕES

(Artigo 1.º)

1. «Dádiva autóloga»: o sangue e os componentes sanguíneos colhidos de um indivíduo, destinados exclusivamente a uma transfusão autóloga ulterior ou a outra aplicação humana administrada a esse indivíduo.
2. «Dádiva homóloga»: o sangue e os componentes sanguíneos colhidos a um indivíduo e destinados a serem transfundidos a outro indivíduo, a serem utilizados em dispositivos médicos ou a servirem de matéria-prima para o fabrico de medicamentos.
3. «Validação»: o estabelecimento de provas objectivas e documentadas de que os requisitos específicos respeitantes a uma determinada utilização podem ser cumpridos de forma consistente.
4. «Sangue total»: sangue proveniente de uma dádiva única.
5. «Criopreservação»: prolongamento do tempo de armazenamento de componentes sanguíneos por congelação.
6. «Plasma»: fracção líquida do sangue na qual se encontram as células em suspensão. O plasma pode ser separado da fracção celular de uma unidade de sangue total para utilização terapêutica como plasma fresco congelado ou para processamento subsequente em crioprecipitado e em plasma desprovido do crioprecipitado para transfusão. Pode ser utilizado no fabrico de medicamentos derivados de sangue e plasma humanos ou na preparação de *pool* de plaquetas ou de *pool* de plaquetas desleucocitadas. Pode também ser utilizado para a ressuspensão de preparações de eritrócitos para efeitos de exsanguino-transfusão ou transfusão perinatal.
7. «Crioprecipitado»: componente do plasma, obtido a partir de plasma fresco congelado, através de precipitação por congelação e descongelação das proteínas e subsequente concentração e ressuspensão das proteínas precipitadas num volume reduzido de plasma.
8. «Lavagem»: processo de remoção do plasma ou de uma solução de conservação dos produtos celulares por centrifugação, decantação do líquido sobrenadante das células e adição de uma suspensão isotónica, que é, por sua vez, geralmente retirada e substituída após nova centrifugação da suspensão. Os processos de centrifugação, decantação e substituição podem ser várias vezes repetidos.
9. «Eritrócitos»: os eritrócitos provenientes de uma unidade de sangue total, à qual foi retirada uma grande fracção de plasma.
10. «Eritrócitos, com remoção da camada leuco-plaquetária, *buffy coat*»: os eritrócitos provenientes de uma unidade de sangue total, à qual foi retirada uma grande fracção de plasma. É retirada da unidade doada a camada leuco-plaquetária, *buffy coat*, que contém uma grande fracção de plaquetas e de leucócitos.
11. «Eritrócitos desleucocitados»: os eritrócitos provenientes de uma unidade de sangue total, à qual foi retirada uma grande fracção do plasma, sendo, subsequentemente, retirados os leucócitos.
12. «Eritrócitos em solução aditiva»: os eritrócitos provenientes de uma unidade de sangue total, à qual foi retirada uma grande fracção do plasma. É adicionada uma solução nutriente/conservante.
13. «Solução aditiva»: uma solução especificamente para manter as propriedades benéficas de componentes celulares durante o armazenamento.
14. «Eritrócitos, com remoção da camada leuco-plaquetária, *buffy coat*, em solução aditiva»: os eritrócitos provenientes de uma unidade de sangue total, à qual foi retirada uma grande fracção do plasma. É retirada da unidade doada a camada leuco-plaquetária, *buffy coat*, que contém uma grande fracção de plaquetas e de leucócitos. É adicionada uma solução nutriente/conservante.
15. «*Buffy coat*»: um componente sanguíneo preparado por centrifugação de uma unidade de sangue total e que contém uma fracção considerável dos leucócitos e das plaquetas.
16. «Eritrócitos desleucocitados, em solução aditiva»: os eritrócitos de uma unidade de sangue total, à qual foi retirada uma grande fracção do plasma, sendo, subsequentemente, retirados os leucócitos. É adicionada uma solução nutriente/conservante.
17. «Eritrócitos, aférese»: os eritrócitos provenientes de uma dádiva de eritrócitos por aférese.
18. «Aférese»: um método para a obtenção de um ou mais componentes sanguíneos através de processamento do sangue total numa máquina, no qual os componentes residuais do sangue são devolvidos ao dador durante o processo ou após a sua conclusão.
19. «Plaquetas, aférese»: uma suspensão concentrada de plaquetas sanguíneas, obtida por aférese.
20. «Plaquetas, aférese, desleucocitadas»: uma suspensão concentrada de plaquetas sanguíneas, obtida por aférese, à qual são retirados os leucócitos.

21. «Pool de plaquetas obtidas de unidades de sangue total»: uma suspensão concentrada de plaquetas sanguíneas, obtida através do processamento de unidades de sangue total e junção das plaquetas provenientes das unidades durante ou após a separação.
 22. «Pool de plaquetas obtidas de unidades de sangue total desleucocitadas»: uma suspensão concentrada de plaquetas sanguíneas, obtida através do processamento de unidades de sangue total e junção das plaquetas provenientes das unidades durante ou após a separação, à qual são retirados os leucócitos.
 23. «Plaquetas obtidas de uma unidade de sangue total»: uma suspensão concentrada de plaquetas sanguíneas, obtida através do processamento de uma unidade de sangue total.
 24. «Plaquetas obtidas de uma unidade de sangue total»: desleucocitadas: uma suspensão concentrada de plaquetas sanguíneas, obtida através do processamento de uma unidade de sangue total, à qual são retirados os leucócitos.
 25. «Plasma fresco congelado»: o plasma sobrenadante separado de uma unidade de sangue total ou plasma colhido por aférese, congelado e armazenado.
 26. «Plasma desprovido de crioprecipitado para transfusão»: um componente de plasma preparado a partir de uma unidade de plasma fresco congelado. Inclui a fracção residual depois de retirado o crioprecipitado.
 27. «Granulócitos, aférese»: uma suspensão concentrada de granulócitos, obtida por aférese.
 28. «Controlo estatístico de processos»: um método de controlo da qualidade de um produto ou de um processo que assenta num sistema de análise de uma amostra de dimensão adequada, sem necessidade de medir cada um dos produtos do processo.
-

ANEXO II

EXIGÊNCIAS EM MATÉRIA DE INFORMAÇÃO

(Artigos 2.º e 3.º)

PARTE A

Informações a prestar aos candidatos a dadores de sangue ou componentes sanguíneos

1. Material didáctico preciso, que possa ser compreendido pelo grande público, sobre a natureza essencial do sangue, o processo de dádiva de sangue, os componentes derivados das dádivas de sangue total e aférese, bem como os importantes benefícios para os doentes.
2. Tanto no caso das dádivas homólogas como das autólogas, as razões pelas quais se exige um exame, a história clínica e a análise das dádivas e o significado do «consentimento informado».

Relativamente às dádivas homólogas, à auto-exclusão e à suspensão temporária e permanente, as razões pelas quais os indivíduos não devem dar sangue nem componentes sanguíneos, caso possa haver risco para o receptor.

Relativamente às dádivas autólogas, a possibilidade de suspensão e as razões pelas quais o procedimento não deveria realizar-se, por poder pôr em risco a saúde do doente enquanto dador ou receptor do sangue ou dos componentes sanguíneos autólogos.
3. Informação relativa à protecção dos dados pessoais: não autorização da revelação da identidade do dador, de informações relativas à saúde do dador, bem como dos resultados das análises efectuadas.
4. As razões pelas quais os indivíduos não devem fazer dádivas susceptíveis de serem prejudiciais para a sua própria saúde.
5. Informações específicas sobre a natureza dos procedimentos envolvidos quer no processo de dádiva homóloga quer no de dádiva autóloga, bem como os riscos associados a cada um deles. Em relação às dádivas autólogas, a possibilidade de o sangue e os componentes sanguíneos autólogos poderem não ser suficientes para as necessidades transfusionais.
6. Informações sobre a possibilidade de os dadores mudarem de ideias antes de procederem à dádiva, ou sobre a possibilidade de livremente se retirarem ou auto-excluírem, a qualquer momento, durante o processo de dádiva, sem embaraço ou desconforto indevidos.
7. Os motivos pelos quais é importante que os dadores informem os serviços de sangue de todo e qualquer incidente subsequente que possa tornar uma dádiva anterior imprópria para transfusão.
8. Informações sobre a responsabilidade de o serviço de sangue informar o dador, através de um meio adequado, se os resultados das análises revelarem alguma anomalia importante para a saúde do dador.
9. Informações sobre os motivos que levam a que o sangue e os componentes autólogos não utilizados sejam rejeitados e não transfundidos a outros doentes.
10. Informação sobre o facto de os resultados de análises que detectem marcadores víricos como o VIH, VHB, VHC, ou outros agentes microbiológicos transmissíveis pelo sangue levarem à exclusão do dador e à destruição da unidade colhida.
11. Informações sobre a possibilidade de os dadores fazerem perguntas em qualquer momento.

PARTE B

Informações que devem ser prestadas pelos dadores aos serviços de sangue aquando de cada dádiva1. *Identificação do dador*

Dados pessoais inequívocos do dador, sem qualquer risco de confusão de identificação, que distinguem o dador, bem como indicações para o seu contacto.

2. *História clínica do dador*

História clínica e médica, através de um questionário e de uma entrevista pessoal com um profissional de saúde qualificado, que inclua factores relevantes susceptíveis de contribuir para a identificação e exclusão de pessoas cujas dádivas possam constituir um risco para a saúde de terceiros, tais como a possibilidade de transmissão de doenças, ou um risco para a sua própria saúde.

3. *Assinatura do dador*

Assinatura do dador, no questionário aos dadores, que será também assinado pelo profissional de saúde responsável pela obtenção da história clínica, confirmando que o dador:

- a) Leu e percebeu o material didáctico fornecido;
 - b) Teve oportunidade de fazer perguntas;
 - c) Recebeu respostas satisfatórias a todas as perguntas feitas;
 - d) Deu o seu consentimento informado de pretender prosseguir o processo de dádiva;
 - e) Foi informado, no caso de dádivas autólogas, de que o sangue e os componentes sanguíneos doados podem não ser suficientes para as necessidades transfusionais;
 - f) Reconheceu que, tanto quanto lhe é dado saber, todas as informações que prestou são verdadeiras.
-

ANEXO III

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DE DADORES DE SANGUE TOTAL E DE COMPONENTES SANGUÍNEOS

(Artigo 4.º)

1. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO PARA DADORES DE SANGUE TOTAL E DE COMPONENTES SANGUÍNEOS

Em circunstâncias excepcionais, o profissional de saúde qualificado do serviço de sangue pode autorizar dádivas individuais de dadores que não cumpram os critérios a seguir referidos. As exceções devem ser controladas ao abrigo do disposto nos artigos 11.º, 12.º e 13.º da Directiva 2002/98/CE e claramente documentadas.

Os critérios a seguir indicados não se aplicam às dádivas autólogas.

1.1. Idade e peso dos dadores

Idade	18 a 65 anos	
	17 a 18 anos	— excepto se considerado juridicamente como menor, ou mediante consentimento dos pais ou do tutor legal, de acordo com o estabelecido na lei
	Dadores pela primeira vez com mais de 60 anos	— ao critério do médico do serviço de sangue
	Mais de 65 anos	— com autorização do médico do serviço de sangue, concedida anualmente.
Peso	≥ 50 kg para dadores de sangue total ou de componentes sanguíneos por aférese.	

1.2. Valor de hemoglobina no sangue do dador

Hemoglobina	mulher ≥ 125 g/l	homem ≥ 135 g/l	Aplicáveis a dadores homólogos de sangue total e de componentes celulares.
--------------------	---------------------	--------------------	--

1.3. Valor de proteínas no sangue do dador

Proteínas	≥ 60 g/l	A análise às proteínas em dádivas de plasma por aférese deve ser realizada anualmente.
------------------	----------	--

1.4. Valor de plaquetas no sangue do dador

Plaquetas	Número de plaquetas igual ou superior a 150 × 10 ⁹ /l	Nível exigido aos dadores de plaquetas por aférese
------------------	--	--

2. CRITÉRIOS DE SUSPENSÃO PARA DADORES DE SANGUE TOTAL E DE COMPONENTES SANGUÍNEOS

As análises e os períodos de suspensão indicados com um asterisco () não são exigidos quando a dádiva for exclusivamente utilizada para plasma destinado a fraccionamento.*

2.1. Critérios de suspensão definitiva de dadores de dádivas homólogas

Doenças cardiovasculares	Candidatos a dadores com uma doença cardiovascular grave, passada ou activa, excepto no caso de anomalias congénitas completamente curadas
Doenças do sistema nervoso central	História de doença grave do sistema nervoso central
Diátese hemorrágica	Candidatos a dadores com antecedentes de coagulopatia.

Episódios repetidos de síncope ou antecedentes de convulsões	Exceptuando as convulsões durante a infância ou decorridos, pelo menos, três anos desde a última data em que o dador tomou medicação anticonvulsiva sem recidiva de convulsões
Doenças gastrointestinais, geniturinárias, hematológicas, imunológicas, metabólicas, renais ou do aparelho respiratório	Candidatos a dadores com doença grave activa, crónica ou recidivante
Diabetes	Se tratados com insulina
Doenças infecciosas	Hepatite B, excepto indivíduos com HBsAg negativo, que se demonstrou serem imunes. Hepatite C VIH-1/2 HTLV I/II Babesiose (*) Kala-azar (leishmaníase visceral) (*) Trypanosomiasis cruzi (doença de Chagas) (*)
Doenças malignas	Excepto cancro <i>in situ</i> com recuperação total
Encefalopatias espongiformes transmissíveis (EET), (por exemplo doença de Creutzfeldt-Jakob, variante da doença de Creutzfeldt-Jakob)	Pessoas com antecedentes familiares que os tornem susceptíveis ao desenvolvimento de uma EET ou os receptores de um transplante de córnea ou dura-máter ou que tenham sido, no passado, tratados com medicamentos produzidos a partir da glândula pituitária humana. Quanto à variante da doença de Creutzfeldt-Jakob, podem ser recomendadas medidas de precaução adicionais
Utilização de drogas por via intravenosa (IV) ou intramuscular (IM)	Quaisquer antecedentes de utilização de drogas não prescritas por via IV ou IM, incluindo esteróides ou hormonas para culturismo
Receptores de xenotransplantes	
Comportamento sexual	Indivíduos cujo comportamento sexual os coloque em grande risco de contrair doenças infecciosas graves susceptíveis de serem transmitidas pelo sangue

2.2. Critérios de suspensão temporária de dadores de dádivas homólogas

2.2.1. Infecções

Período de suspensão

Após doença infecciosa, os candidatos a dadores devem ser suspensos por um período mínimo de duas semanas após a data de recuperação clínica total.

No entanto, aplicam-se os períodos de suspensão às infecções indicadas no quadro:

Brucelose (*)	2 anos após a data de recuperação total
Osteomielite	2 anos após a confirmação da cura
Febre Q (*)	2 anos após a data de confirmação da cura
Sífilis (*)	1 ano após a data de confirmação da cura
Toxoplasmose (*)	6 meses após a data de recuperação clínica
Tuberculose	2 anos após a data de confirmação da cura

Febre reumática	2 anos após a data do desaparecimento dos sintomas, excepto se houver sinais de doença cardíaca crónica
Febre > 38 °C	2 semanas após a data do desaparecimento dos sintomas
Síndrome gripal	2 semanas após o desaparecimento dos sintomas
Paludismo (*)	
— Indivíduos que viveram numa zona com paludismo durante os cinco primeiros anos de vida	3 anos após o regresso da última visita a uma zona endémica, desde que assintomático; o período de suspensão pode ser reduzido para 4 meses se o teste imunológico ou do genoma molecular a cada dádiva for negativo
— Indivíduos com antecedentes de paludismo	Suspensão da dádiva de sangue durante 3 anos após cessação do tratamento e ausência de sintomas. Aceite posteriormente apenas se o teste imunológico ou do genoma molecular for negativo
— Visitantes assintomáticos de zonas endémicas	Suspensão durante 6 meses depois de abandonar a zona endémica, a menos que o teste imunológico ou do genoma molecular seja negativo
— Indivíduos com antecedentes de afecção febril não diagnosticada durante uma visita a uma zona endémica ou seis meses após essa visita.	3 anos depois do desaparecimento dos sintomas; o período de suspensão pode ser reduzido para 4 meses se o teste imunológico ou do genoma molecular for negativo
Vírus da febre do Vale do Nilo (VFVN) (*)	28 dias depois de abandonar uma zona em que exista transmissão de VFVN a seres humanos

2.2.2. Exposição ao risco de contrair infecção transmissível por transfusão

<ul style="list-style-type: none"> — Exame endoscópico com instrumentos flexíveis, — exposição acidental a sangue sobre mucosas ou a picada de agulha, — transfusão de componentes sanguíneos, — transplante de tecidos ou células de origem humana, — intervenção cirúrgica importante, — tatuagem ou <i>body piercing</i>, — acupuntura, excepto se realizada por um profissional qualificado com agulhas esterilizadas de utilização única, — indivíduos em risco devido a contacto doméstico próximo com pessoas infectadas por hepatite B 	Suspensão durante 6 meses, ou 4 meses se for negativo o teste TAN para a hepatite C
Indivíduos cujo comportamento ou actividade os coloque em risco de contrair doenças infecciosas graves, susceptíveis de serem transmitidas pelo sangue	Suspensão após cessação do comportamento de risco durante um período, determinado pela doença em questão e pela disponibilidade dos testes adequados

2.2.3. Vacinação

Vírus ou bactérias atenuados	4 semanas
Vírus, bactérias ou <i>Rickettsiae</i> inactivados ou mortos	Não suspender se o dador se encontrar bem
Toxóides	Não suspender se o dador se encontrar bem
Vacinas contra a hepatite A ou B	Não suspender se o dador se encontrar bem e não tiver sido exposto
Raiva	Não suspender se o dador se encontrar bem e não tiver sido exposto. Se a vacina for administrada após exposição, suspender durante um ano
Vacinas contra a encefalite transmitida por carraças	Não suspender se o dador se encontrar bem e não tiver sido exposto

2.2.4. Outras suspensões temporárias

Gravidez	6 meses após o parto ou a interrupção, excepto em circunstâncias excepcionais e mediante autorização de um médico
Pequena cirurgia	1 semana
Cuidados dentários	Pequeno tratamento por dentista ou higienista oral — suspender até ao dia seguinte. (NB: consideram-se pequena cirurgia a extracção de dentes, obturações e tratamentos similares)
Medicação	com base na natureza do medicamento prescrito, no seu modo de actuação e na doença a tratar

2.3. Suspensão devida a situações epidemiológicas especiais

Situações epidemiológicas especiais (por exemplo surtos de doença)	Suspensão coerente com a situação epidemiológica. (Estas suspensões deviam ser notificadas à Comissão Europeia pela autoridade competente com vista a uma acção comunitária)
--	--

2.4. Critérios de suspensão de dadores de dádivas autólogas

Doenças cardíacas graves	Em função da situação clínica da colheita de sangue
Indivíduos afectados por, ou com história de — Hepatite B, excepto indivíduos com HBsAg negativo, que se demonstrou serem imunes. — Hepatite C — VIH-1/2 — HTLV I/II	Os Estados-Membros podem, contudo, estabelecer disposições específicas respeitantes a dádivas autólogas, caso o dador não preencha os critérios de elegibilidade
Infecção bacteriana activa.	

ANEXO IV

CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO DE SANGUE E COMPONENTES SANGUÍNEOS

(Artigo 5.º)

1. ARMAZENAMENTO

1.1. Armazenamento de componentes líquidos

Componente	Temperatura de armazenamento	Duração máxima do armazenamento
Preparações de eritrócitos e de sangue total (se usado em transfusões como sangue total)	+ 2 a + 6 °C	28-49 dias consoante os processos usados na colheita, processamento e armazenamento.
Preparações de plaquetas	+ 20 a + 24 °C	5 dias; podem ser armazenadas durante 7 dias em combinação com a detecção ou redução de contaminação bacteriana.
Granulócitos	+ 20 a + 24 °C	24 horas.

1.2. Criopreservação

Componente	Condições e duração do armazenamento
Eritrócitos	Até 30 anos, consoante os processos usados na colheita, processamento e armazenamento
Plaquetas	Até 24 meses, consoante os processos usados na colheita, processamento e armazenamento
Plasma e crioprecipitado	Até 36 meses, consoante os processos usados na colheita, processamento e armazenamento

Os eritrócitos e as plaquetas criopreservados devem ser formulados numa solução adequada após descongelação. O período de armazenamento permitido após descongelação dependerá do método utilizado.

2. TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO

O transporte e a distribuição de sangue e de componentes sanguíneos em todas as fases da cadeia de transfusão deve realizar-se em condições que mantenham a integridade do produto.

3. REQUISITOS ADICIONAIS PARA AS DÁDIVAS AUTÓLOGAS

- 3.1. O sangue e os componentes sanguíneos autólogos devem ser claramente identificados enquanto tais e armazenados, transportados e distribuídos separadamente do sangue e dos componentes sanguíneos homólogos.
- 3.2. O sangue e os componentes sanguíneos autólogos devem ser rotulados conforme exigido pela Directiva 2002/98/CE, devendo o rótulo incluir também a identificação do dador e a advertência «SÓ PARA TRANSFUSÃO AUTÓLOGA»

ANEXO V

REQUISITOS DE QUALIDADE E SEGURANÇA PARA O SANGUE E OS COMPONENTES SANGUÍNEOS

(Artigo 6.º)

1. COMPONENTES SANGUÍNEOS

1. Preparações de eritrócitos	Os componentes enumerados de 1.1 a 1.8 podem sofrer um processamento subsequente nos serviços de sangue, devendo ser rotulados em conformidade
1.1	Eritrócitos
1.2	Eritrócitos com remoção da camada leuco-plaquetária, <i>buffy coat</i>
1.3	Eritrócitos desleucocitados
1.4	Eritrócitos em solução aditiva
1.5	Eritrócitos com remoção da camada leuco-plaquetária, <i>buffy coat</i> , em solução aditiva
1.6	Eritrócitos desleucocitados, em solução aditiva
1.7	Eritrócitos, aférese
1.8	Sangue total
2. Preparações de plaquetas	Os componentes enumerados de 2.1 a 2.6 podem sofrer um processamento subsequente nos serviços de sangue, devendo ser rotulados em conformidade
2.1	Plaquetas, aférese
2.2	Plaquetas, aférese, desleucocitadas
2.3	Pool de plaquetas obtidas de unidades de sangue total
2.4	Pool de plaquetas, obtidas de unidades de sangue total, desleucocitadas
2.5	Plaquetas obtidas de uma unidade de sangue total
2.6	Plaquetas obtidas de uma unidade de sangue total, desleucocitadas
3. Preparações de plasma	Os componentes enumerados de 3.1 a 3.3 podem sofrer um processamento subsequente nos serviços de sangue, devendo ser rotulados em conformidade
3.1	Plasma fresco congelado
3.2	Plasma fresco congelado, desprovido de crioprecipitado
3.3	Crioprecipitado
4.	Granulócitos, aférese
5. Novos componentes	Os requisitos relativos à qualidade e segurança de novos componentes sanguíneos devem ser regulados pela autoridade nacional competente. Esses novos componentes devem ser notificados à Comissão Europeia com vista a uma acção comunitária

2. REQUISITOS RELATIVOS AO CONTROLO DA QUALIDADE DO SANGUE E DOS COMPONENTES SANGUÍNEOS

- 2.1. O sangue e os componentes sanguíneos devem obedecer aos requisitos de qualidade técnica abaixo indicados e respeitar os resultados aceitáveis.
- 2.2. Deve proceder-se ao controlo bacteriológico adequado da colheita e do processo de fabrico.
- 2.3. Os Estados-Membros devem tomar todas as medidas necessárias para assegurar que todas as importações de sangue e de componentes sanguíneos provenientes de países terceiros, incluindo os utilizados como matérias-primas para o fabrico de medicamentos derivados de sangue e plasma humanos, respeitam normas de qualidade e segurança equivalentes às estabelecidas na presente directiva.

2.4. Em relação às dádivas autólogas, recomendam-se, mas não se exigem, os requisitos assinalados com um asterisco (*).

Componente	Requisitos de qualidade exigidos <i>A frequência de amostragem exigida para todos os requisitos será determinada através de um controlo estatístico de processos.</i>	Resultados aceitáveis para os requisitos de qualidade
Eritrócitos	Volume	Válido para as características do armazenamento por forma a manter o produto dentro dos valores especificados de hemoglobina e hemólise
	Hemoglobina*	Não inferior a 45 g por unidade
	Hemólise	Menos de 0,8 % da massa de eritrócitos no fim do período de armazenamento
Eritrócitos com remoção da camada leuco-plaquetária, <i>buffy coat</i>	Volume	Válido para as características do armazenamento por forma a manter o produto dentro dos valores especificados de hemoglobina e hemólise
	Hemoglobina (*)	Não inferior a 43 g por unidade
	Hemólise	Menos de 0,8 % da massa de eritrócitos no fim do período de armazenamento
Eritrócitos desleucocitados	Volume	Válido para as características do armazenamento por forma a manter o produto dentro dos valores especificados de hemoglobina e hemólise
	Hemoglobina (*)	Não inferior a 40 g por unidade
	Valor de leucócitos	Menos de 1×10^6 por unidade
	Hemólise	Menos de 0,8 % da massa de eritrócitos no fim do período de armazenamento
Eritrócitos em solução aditiva	Volume	Válido para as características do armazenamento por forma a manter o produto dentro dos valores especificados de hemoglobina e hemólise
	Hemoglobina (*)	Não inferior a 45 g por unidade
	Hemólise	Menos de 0,8 % da massa de eritrócitos no fim do período de armazenamento
Eritrócitos com remoção da camada leuco-plaquetária, <i>buffy coat</i> , em solução aditiva	Volume	Válido para as características do armazenamento por forma a manter o produto dentro dos valores especificados de hemoglobina e hemólise
	Hemoglobina (*)	Não inferior a 43 g por unidade
	Hemólise	Menos de 0,8 % da massa de eritrócitos no fim do período de armazenamento
Eritrócitos desleucocitados, em solução aditiva	Volume	Válido para as características do armazenamento por forma a manter o produto dentro dos valores especificados de hemoglobina e hemólise
	Hemoglobina (*)	Não inferior a 40 g por unidade
	Valor de leucócitos	Menos de 1×10^6 por unidade
	Hemólise	Menos de 0,8 % da massa de eritrócitos no fim do período de armazenamento

Componente	Requisitos de qualidade exigidos <i>A frequência de amostragem exigida para todos os requisitos será determinada através de um controlo estatístico de processos.</i>	Resultados aceitáveis para os requisitos de qualidade
Eritrócitos, aférese	Volume	Válido para as características do armazenamento por forma a manter o produto dentro dos valores especificados de hemoglobina e hemólise
	Hemoglobina (*)	Não inferior a 40 g por unidade
	Hemólise	Menos de 0,8 % da massa de eritrócitos no fim do período de armazenamento
Sangue total	Volume	Válido para as características do armazenamento por forma a manter o produto dentro dos valores especificados de hemoglobina e hemólise 450 ml ± 50 ml Para as colheitas autólogas pediátricas de sangue total, não deve ser superior a 10,5 ml por kg do peso
	Hemoglobina (*)	Não inferior a 45 g por unidade
	Hemólise	Menos de 0,8 % da massa de eritrócitos no fim do período de armazenamento
Plaquetas, aférese	Volume	Válido para as características do armazenamento por forma a manter o produto dentro dos valores especificados de pH
	Valor de plaquetas	São permitidas variações no valor de plaquetas por dádiva individual dentro de limites que respeitem condições validadas de preparação e preservação
	pH	6,4-7,4 corrigido para 22 °C, no fim do período de armazenamento
Plaquetas, aférese, desleucocitadas	Volume	Válido para as características do armazenamento por forma a manter o produto dentro dos valores especificados de pH
	Valor de plaquetas	São permitidas variações no valor de plaquetas por dádiva individual dentro de limites que respeitem condições validadas de preparação e preservação
	Valor de leucócitos	Menos de 1×10^6 por unidade
	pH	6,4-7,4 corrigido para 22 °C, no fim do período de armazenamento
Pool de plaquetas obtidas de unidades de sangue total	Volume	Válido para as características do armazenamento por forma a manter o produto dentro dos valores especificados de pH
	Valor de plaquetas	São permitidas variações no teor de plaquetas por pool dentro de limites que respeitem condições validadas de preparação e preservação
	Valor de leucócitos	Menos de $0,2 \times 10^9$ por unidade (método do plasma rico em plaquetas) Menos de $0,05 \times 10^9$ /unidade (método da <i>buffy coat</i>)
	pH	6,4-7,4 corrigido para 22 °C, no fim do período de armazenamento

Componente	Requisitos de qualidade exigidos <i>A frequência de amostragem exigida para todos os requisitos será determinada através de um controlo estatístico de processos.</i>	Resultados aceitáveis para os requisitos de qualidade
Pool de plaquetas, obtidas de unidades de sangue total, desleucocitadas	Volume	Válido para as características do armazenamento por forma a manter o produto dentro dos valores especificados de pH
	Valor de plaquetas	São permitidas variações no teor de plaquetas por pool dentro de limites que respeitem condições validadas de preparação e preservação
	Valor de leucócitos	Menos de 1×10^6 por pool
	pH	6,4-7,4 corrigido para 22 °C, no fim do período de armazenamento
Plaquetas obtidas de uma unidade de sangue total	Volume	Válido para as características do armazenamento por forma a manter o produto dentro dos valores especificados de pH
	Valor de plaquetas	São permitidas variações no valor de plaquetas por unidade dentro de limites que respeitem condições validadas de preparação e preservação
	Valor de leucócitos	Menos de $0,2 \times 10^9$ por unidade (método do plasma rico em plaquetas) Menos de $0,05 \times 10^9$ /unidade (método da <i>buffy coat</i>)
	pH	6,4-7,4 corrigido para 22 °C, no fim do período de armazenamento
Plaquetas obtidas de uma unidade de sangue total, desleucocitadas	Volume	Válido para as características do armazenamento por forma a manter o produto dentro dos valores especificados de pH
	Valor de plaquetas	São permitidas variações no valor de plaquetas por unidade dentro de limites que respeitem condições validadas de preparação e preservação
	Valor de leucócitos	Menos de 1×10^6 por unidade
	pH	6,4-7,4 corrigido para 22 °C, no fim do período de armazenamento
Plasma fresco congelado	Volume	Volume declarado $\pm$ 10 %
	Factor VIIIc (*)	Média (após congelação e descongelação): 70 % ou mais do valor da unidade de plasma acabada de colher
	Proteínas totais (*)	Não inferior a 50 g/l
	Valor celular residual (*)	Eritrócitos: menos de $6,0 \times 10^9$ /l Leucócitos: menos de $0,1 \times 10^9$ /l Plaquetas: menos de 50×10^9 /l
Plasma fresco congelado, desprovido de crioprecipitado	Volume	Volume declarado: $\pm$ 10 %
	Valor celular residual (*)	Eritrócitos: menos de $6,0 \times 10^9$ /l Leucócitos: menos de $0,1 \times 10^9$ /l Plaquetas: menos de 50×10^9 /l
Crioprecipitado	Valor de fibrinogénio (*)	Superior ou igual a 140 mg por unidade
	Valor de factor VIIIc (*)	Superior ou igual a 70 unidades internacionais por unidade
Granulócitos, aférese	Volume	Menos de 500 ml
	Valor de granulócitos	Superior a 110^{10} granulócitos por unidade

II

(Actos cuja publicação não é uma condição da sua aplicabilidade)

COMISSÃO

DECISÃO DA COMISSÃO

de 19 de Junho de 2002

nos termos do artigo 14.º do Regulamento (CEE) n.º 4064/89 do Conselho que impõe coimas às empresas que dêem indicações inexactas ou deturpadas aquando de uma notificação efectuada no âmbito de um processo de controlo de uma operação de concentração

(Processo COMP/M.2624 — BP/Erdölchemie)

[notificada com o número C(2002) 2208]

(Apenas faz fé o texto em língua inglesa)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

(2004/285/CE)

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o acordo sobre o Espaço Económico Europeu,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) n.º 4064/89 do Conselho, de 21 de Dezembro de 1989 relativo ao controlo das operações de concentração entre empresas ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1310/97 ⁽²⁾, e, nomeadamente, o n.º 1, alínea b), do seu artigo 14.º,

Após ter convidado as empresas interessadas a apresentar as suas observações sobre as objecções levantadas pela Comissão,

Tendo em conta o parecer do Comité Consultivo em matéria de concentrações entre empresas ⁽³⁾,

Tendo em conta o relatório final do auditor no presente caso ⁽³⁾,

Considerando o seguinte:

I. AS PARTES E A OPERAÇÃO

(1) Em 23 de Fevereiro de 2001, a Deutsche BP AG («Deutsche BP») notificou à Comissão, nos termos do artigo 4.º do regulamento (CEE) n.º 4064/89 (a seguir denominado «o regulamento relativo às concentrações») um projecto de concentração da indústria química (processo COMP/M.2345-BP/Erdölchemie), através da

qual se propunha adquirir, na aceção do n.º 1, alínea b), artigo 3.º, do regulamento relativo às concentrações, o controlo exclusivo da empresa Erdölchemie GmbH (a seguir denominada «EC») ⁽⁴⁾.

(2) A Deutsche BP é uma filial alemã da BP plc (a seguir denominada «BP»), a empresa-mãe de um grupo multinacional do sector petrolífero, petroquímico e prospecção petrolífera. A EC vende produtos químicos que produzem instalações situadas em Colónia, na Alemanha. Foi constituída inicialmente sob a forma de uma empresa comum, controlada conjuntamente pela Bayer AG e BP, através da Deutsche BP, e a operação consistia assim na passagem de um controlo conjunto para um controlo exclusivo.

II. PROCEDIMENTO

(3) Um dos produtos químicos cujo mercado, de acordo com a notificação, é afectado devido à existência de sobreposições horizontais entre as actividades das partes é o acrilonitrilo (a seguir denominado «ACN»). Em 21 de Março de 2001, a notificação foi declarada incompleta, devido ao carácter insuficiente das informações relativas à concessão de licenças de tecnologia para o ACN, para o catalisador ACN, bem como à situação da oferta e da procura e às trocas comerciais no mercado em causa à escala mundial. Em 22 de Março de 2001, a notificação

⁽¹⁾ JO L 395 de 30.12.1989, p. 1; rectificativo JO L 257 de 21.9.1990, p. 13.

⁽²⁾ JO L 180 de 9.7.1997, p. 1.

⁽³⁾ JO C 79 de 30.3.2004.

⁽⁴⁾ JO C 71 de 3.3.2001, p. 22.

foi declarada completa, após as partes terem apresentado informações suplementares, em conformidade com as secções 4, 7 e 8 do formulário CO, sobre a tecnologia e o catalisador do ACN, bem como as informações solicitadas sobre o mercado deste produto. Em 26 de Abril de 2001, a Comissão declarou a operação de concentração compatível com o mercado comum e o funcionamento EEE, em conformidade com n.º 1, alínea b), do artigo 6.º do regulamento relativo às concentrações⁽¹⁾.

- (4) Verificou-se que a notificação da Deutsche BP incluía indicações inexatas e deturpadas em relação a três aspectos relativos ao ACN, nomeadamente: i) os acordos concluídos pela BP com os concorrentes no mercado do ACN [...] (*), ii) as actividades da BP no domínio da concessão de licenças de tecnologia para o ACN e iii) as actividades da BP relativas ao catalisador deste produto. Na sua comunicação de objecções de 23 de Novembro de 2001, a Comissão indicou a título preliminar que a Deutsche BP, por negligência, tinha fornecido informações inexatas e deturpadas no âmbito de uma notificação apresentada em conformidade com o artigo 4.º do regulamento relativo às concentrações e que importava aplicar uma coima a esta empresa, de acordo com o disposto no n.º 1, alínea b), do artigo 14.º e no n.º 3 do mesmo artigo do regulamento supracitado. Em 7 de Março de 2002, a Deutsche BP apresentou as suas observações à comunicação de objecções.

III. FACTOS RELEVANTES

1. Informações sobre os acordos de cooperação concluídos entre a BP os seus concorrentes [...]*

a) Informações fornecidas na notificação

- (5) Na sua rubrica «Acordos de cooperação», o formulário CO, que especifica as informações a fornecer no âmbito da notificação de uma operação de concentração, em conformidade com o n.º 1 do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 447/98 da Comissão, de 1 de Março de 1998, relativo às notificações, prazos e audições previstos nos Regulamento (CEE) n.º 4064/89 do Conselho relativo ao controlo das operações de concentração de empresas⁽²⁾, na sua secção 8.11 formula a seguinte pergunta: «Em que medida existem acordos de cooperação (horizontais ou verticais) nos mercados afectados?». Na sua notificação (página 51) a partes apresentam a seguinte resposta para o ACN:

«As partes não têm conhecimento de acordos de cooperação importantes relativos ao acrilonitrilo no EEE. No entanto, a nível horizontal, vários produtores realizam por vezes trocas comerciais a nível geográfico, por forma a reduzir os custos de distribuição (a Erdölchemie por exemplo, comercializa actualmente cerca de [...] kt [quilotoneladas] anuais de acrilonitrilo com a BP no EEE). Os únicos acordos verticais significativos são os acordos relativos ao propileno celebrados com as contrapartes cativas e a integração a jusante referida no ponto 7.8 *supra*.».

- (6) No ponto 8.12 do formulário CO, são solicitados: «Pormenores relativos aos acordos de cooperação mais importantes em que as partes na concentração participam nos mercados afectados, tais como acordos de investigação e desenvolvimento e de concessão de licenças, de produção conjunta, de especialização, de distribuição a longo prazo e de intercâmbio de informações». Na sua notificação, as partes apresentaram a seguinte resposta, em relação à ACN (página 52):

«Não aplicável».

- (7) Nas outras secções do formulário CO, as partes não forneceram quaisquer indicações sobre acordos de cooperação celebrados com os concorrentes no que diz respeito ao ACN. Na secção 6, é referido, a propósito do mercado geográfico em causa (página 19): «As partes consideram ser adequado definir o mercado geográfico do acrilonitrilo como de dimensão mundial ...».

b) Resultado da investigação

- (8) Em resposta à pergunta geral formulada numa carta dirigida nos termos do artigo 11.º do regulamento relativo às concentrações a propósito da «incidência da operação no mercado», um concorrente informou a Comissão de que a BP e a Sterling Chemicals Inc. (a seguir denominada «Sterling»), um outro grande produtor americano (as instalações de produção de ACN da BP localizam-se nos Estados Unidos), possuíam uma empresa comum, denominada Anexco, com vista à exportação do ACN. Em 8 de Março (às 17 h 49 m), a Comissão enviou um correio electrónico sobre esta questão aos advogados representantes da BP e da Deutsche BP (a seguir denominados «os advogados da BP»), declarando o seguinte: «Segundo informações disponíveis a BP possuiria, em parceria com a Sterling, um outro grande produtor americano, uma empresa comum (Anexco) com vista à exportação do acrilonitrilo. Do nosso ponto de vista, tal não é referido no formulário CO. Queiram comunicar todas as informações úteis relativas a esta empresa, a posição da Sterling no mercado, bem como qualquer outro elemento que possa influir na avaliação da Comissão sobre as consequências da concentração».

- (9) Os advogados da BP confirmaram a existência desta empresa comum com a Sterling por fax de 12 de Março de 2001, referindo que a Anexco vendia ACN produzido pela BP e pela Sterling nas regiões situadas fora da América do Norte e da Europa pelo que não exercia qualquer actividade na Europa. Os advogados indicaram que a BP tinha igualmente celebrado um acordo de distribuição não exclusivo com a Sterling, autorizando-a a vender [...] kt anuais de ACN à Europa e à Turquia. Especificavam ainda que tal tinha sido anteriormente comunicado à Comissão. Os acordos com a Sterling tinham sido notificado à Comissão em Abril de 1998, em aplicação das disposições relativas aos acordos restritivos, em conformidade com o formulário A/B (processo IV/E-2/37.035-BP-Sterling). Em 1 de Junho de 1999, a Comissão emitiu um certificado negativo sob a forma de ofício de arquivamento.

⁽¹⁾ JO C 174 de 19.6.2001, p. 5.

^(*) Algumas partes do presente documento foram suprimidas para garantir a confidencialidade das informações; estão indicadas por parêntesis rectos e assinaladas com um asterisco.

⁽²⁾ JO L 61 de 2.3.1998, p. 1.

(10) Durante uma teleconferência, realizada em 15 de Março, a Comissão solicitou aos advogados da BP que lhe fornecessem informações sobre eventuais ligações com outros fornecedores [...]*. Na sua resposta escrita de 16 de Março, os advogados da BP indicaram (página 6) que esta última:

«não celebrou qualquer acordo de empresa comum e/ou de distribuição com [outro produtor]*, para além das ligações com a Sterling referidas no fax de 12 de Março. No entanto, [...] A BP, [celebrou um acordo com outro produtor que afecta as exportações para a Europa]*.»

(11) Em 19 de Março, a Comissão solicitou informações suplementares por telefone e correio electrónico (enviado às 16 h 56 m), sobre as quantidades em causa e a duração do acordo celebrado com [...]*. Na sua resposta de 19 de Março, os advogados da BP referiram que [precisões sobre o acordo que limita a capacidade de os produtores exportarem livremente ACN para a Europa]*.

(12) Em virtude deste [acordo, ...]*.

(13) O facto de os produtores [...]* poderem fornecer ACN à Europa constituía um elemento importante para efeitos de apreciação da posição concorrencial da BP no mercado do ACN. Os Estados Unidos são os primeiros exportadores deste produto, devido a uma produção largamente excedentária em relação à procura nacional. Qualquer volume de ACN vendido pela BP na Europa provém das suas instalações de produção nos Estados Unidos. [Com uma quota de mercado de 20 % aproximadamente, a Sterling é um dos principais vendedores de ACN nos Estados Unidos depois da BP, que ocupa o primeiro lugar com uma quota de 35 %. Por conseguinte, a Sterling pode constituir um concorrente potencial importante da BP no que diz respeito às vendas de ACN na Europa. O acordo limita consideravelmente a possibilidade de a Sterling poder opor uma concorrência efectiva à BP no mercado Europeu. A totalidade da produção da Sterling vendida na Europa Ocidental decorreu no âmbito do acordo, o que significa que foi comercializada pela BP, salvo alguns volumes marginais inferiores a 5 kt, que a Sterling vendeu directamente]*. O [acordo celebrado com ...]* permite à BP exercer um amplo controlo das exportações de [...]* para a Europa. [...]*.

(14) Em conclusão, a BP celebrou dois importantes [acordos]* de cooperação no sector do ACN com [produtores de ACN]*, [acordos esses]* que não foram referidos no formulário CO.

2. Informações sobre as actividades da BP em termos de concessão de licenças de tecnologia para o ACN

a) Informações fornecidas na notificação

(15) No ponto 6.1 do formulário CO, solicita-se às partes que delimitem cada um dos mercados afectados. A secções 7 e 8 solicitam informações circunstanciadas sobre estes mercados. No ponto 6 III b), os mercados afectados

verticalmente são definidos como mercados de produto em causa nos quais «uma ou mais partes na concentração desenvolvem actividades no mercado de produto que constitua um mercado a montante ou a jusante o mercado do produto em qualquer outra parte na concentração desenvolva as suas actividades e as suas partes de mercado individuais ou combinadas for igual ou superior a 25 % [...].»

(16) No ponto 8.9 do formulário CO, solicita-se às partes que descrevam os vários factores que influenciam a entrada nos mercados afectados. No ponto 8.9 d), as partes são convidadas a fornecer as especificações sobre «a medida em que cada uma das partes na concentração é licenciada ou licenciante de direitos de patente, saber-fazer e outros direitos nos mercados relevantes».

(17) A posição da BP quanto à concessão de licenças de tecnologia para a produção de ACN, que importa considerar como a montante das actividades de produção de ACN, não é explicitada na notificação, tanto em termos de mercado afectado como em conformidade com o ponto 8.9 ou qualquer outro ponto. Na descrição apresentada pela Deutsche BP, em aplicação do ponto 8.9, a tecnologia é apresentada como um dos factores que influenciam a entrada no mercado:

«A tecnologia necessária pode facilmente ser adquirida, através de uma licença, junto de diferentes produtores de ACN (nomeadamente, Asahi, BP, Solutia, DuPont, vários licenciantes chineses e outros). Esses licenciantes são muito activos a nível da concessão de licenças e a disponibilidade da tecnologia, assim como os direitos de propriedade intelectual não limitam o acesso ao mercado de produção de ACN.»

b) Resultado da investigação

(18) Em resposta a uma carta enviada nos termos do artigo 11.º, um concorrente informou a Comissão que a BP era o principal licenciante de tecnologia para a produção de ACN. Após a análise desta questão com os advogados da BP em teleconferência, realizada em 13 de Março de 2001, aqueles enviaram uma nota sobre o assunto, datada de 14 de Março de 2001, indicando o seguinte:

«... da totalidade da capacidade de produção de ACN actualmente instalada, entre 85 % e 90 % da tecnologia subjacente foi inicialmente objecto de licença pela BP.»

(19) Outras informações comunicadas pelos advogados da BP, incluindo esclarecimentos suplementares apresentados de acordo com as secções 4, 7 e 8 do formulário CO referentes à concessão de licenças de tecnologia para o ACN, assim como a investigação da Comissão, revelaram que, até 1994, a BP detinha uma posição monopolista em termos de concessão de licenças de tecnologia para a produção de ACN. Após esta data, foram construídas três fábricas de produção de ACN de dimensão mundial pela Solutia, Tae Kwang e Formosa Plastic. A Formosa obteve a sua licença de tecnologia junto da BP. A Solutia desenvolveu a sua própria tecnologia de

produção e configurou as suas instalações em função da mesma, sem necessidade de adquirir licenças juntos de terceiros. A fábrica de Tae Kwang utiliza a tecnologia da Solutia, que lhe concedeu uma licença em 1995. [A BP não propôs a sua própria tecnologia à Tae Kwang]*. Além disso, uma licença concedida anteriormente, ou seja, em 10 de Junho de 1987, pela BP à Formosa [...]*. A BP atribuiu igualmente uma licença à Sasol, um produtor sul-africano, através da qual se reserva um direito de opção sob a produção da Sasol destinada à exportação; de facto a BP comercializou as exportações da Sasol num volume correspondente a [...]até que a fábrica cessasse as suas actividades.

- (20) No que diz respeito às actividades de concessão de licenças das outras empresas citadas pela Deutsche BP enquanto licenciadas de tecnologia para o ACN, a investigação revelou o seguinte: aquando da investigação, a DuPont não atribuía licenças a terceiros e considerava como segredo comercial as informações eventuais fornecidas a este respeito à Comissão em resposta a uma carta enviada nos termos do artigo 11.º A Asahi só tinha atribuído licenças de tecnologia às suas empresas comuns ou às suas filiais, bem como à Sinopec (China) para três pequenas instalações, das quais hoje em dia só uma continua em actividade. Além disso, as licenças atribuídas na China pela Asahi inscreviam-se num acordo de cooperação celebrado com a BP, com vista à concessão de uma licença comum à tecnologia do acrilonitrilo neste país. A expressão «licenciadas chineses» mencionada no formulário CO, refere-se à Sinopec, que vende a sua tecnologia no seu sítio *web*, mas que não atribuiu qualquer licença. A Sinopec faz igualmente parte de uma empresa comum com a BP, na perspectiva da concessão de uma eventual licença para uma nova fábrica na China e adquiriu à Asahi licenças para três pequenas fábricas.
- (21) Por conseguinte, a notificação omitiu informações pertinentes e não descrevia com exactidão a posição da BP em termos de concessão de licenças de tecnologia para o ACN.

3. Informações sobre as actividades da BP relativas ao catalisador de ACN

- (22) Para o fabrico do ACN é indispensável um catalisador, na medida em garante a produção do acrilonitrilo a partir de matérias-primas que são o propileno e o amoníaco. Os catalisadores são vendidos no mercado e constituem um mercado de produtos distinto.

a) Informações fornecidas na notificação

- (23) O catalisador de ACN não foi apresentado como um mercado afectado (verticalmente) na acepção do ponto III alínea b) da secção 6 do formulário CO. Este último não contém informações sobre as actividades da BP neste domínio. Os catalisadores de ACN são referidos no ponto 8.10 (referente à importância da investigação e do desenvolvimento) e onde se indica o seguinte:

«A investigação e o desenvolvimento não são determinantes para a introdução do acrilonitrilo nos mercados ou para o desenvolvimento dos mesmos. Existem numerosos fornecedores de tecnologia deste catalisador (por exemplo, Nitto, Asahi, DuPont, Solutia, etc.).»

b) Resultado da investigação

- (24) Neste capítulo, em resposta a uma pergunta geral formulada numa carta enviada nos termos do artigo 11.º, foi de novo um concorrente quem informou a Comissão que a BP era um dos principais vendedores de catalisadores. Após análise desta questão com os advogados da BP numa teleconferência realizada a 13 de Março de 2001, estes últimos indicaram numa nota de 14 de Março de 2001 o seguinte:

«... regra geral, o catalisador destinado às novas instalações de produção de ACN será adquirido inicialmente junto do emissor de licença de tecnologia.... a BP considera que actualmente apenas [55 a 65 %]* das várias instalações de produção de ACN no mundo... continua a utilizar os seus catalisadores.»

- (25) Nas informações suplementares relativas ao catalisador de ACN fornecidas em conformidade com a secções 4, 7, e 8 do formulário CO após a Comissão ter declarado a notificação incompleta, as partes indicaram que a BP detinha [entre 65 e 75 %]* do mercado mundial dos catalisadores de ACN em 1997, e estimaram a quota de mercado da BP [entre 70 e 80 %]* em 2001. Estes valores foram confirmados pela investigação da Comissão. Quando aos concorrentes da BP, a investigação revelou o seguinte: a DuPont não propõe um catalisador, procedendo apenas à recuperação de catalisadores utilizados. Segundos os utilizadores, um catalisador recuperado não oferece as mesmas possibilidades que um novo. O catalisador da Solutia é radioactivo e, segundo os operadores de mercado, só funciona com a tecnologia desta empresa. A Asahi só desenvolve actividades neste domínio desde o início de 2001. Até 31 de Dezembro de 2000, a BP dispunha de um direito exclusivo sobre as vendas mundiais do catalisador da Asahi (salvo para os licenciados da tecnologia de Asahi e as vendas no Japão, Taiwan, Coreia e China, que exigiam uma autorização da Asahi). Durante a vigência do acordo, a BP tinha direitos sobre todas as informações divulgadas pela Asahi referentes aos catalisadores, incluindo o desenvolvimento do seu novo catalisador, que ela comercializa actualmente separadamente. Além disso, um acordo de cooperação associa actualmente a BP e a Asahi em termos de vendas de catalisadores na China. Até ao presente, a Sinopec só vendeu o seu catalisador na China. O principal concorrente da BP é a Mitsubishi (anteriormente denominada Nitto). [...]*. Apenas os catalisadores Mitsubishi e da Asahi são totalmente compatíveis com a tecnologia da BP, na medida em que podem ser utilizados como catalisadores [de substituição/alternativos]* ainda que a fábrica em causa tenha sido inicialmente concebida e desenvolvido as suas actividades em função do catalisador da BP.

- (26) Por conseguinte, a notificação não incluía qualquer indicação sobre a posição da BP no mercado dos catalisadores e não descrevia correctamente a situação existente neste mercado.

IV. APRECIÇÃO NA ACEPTAÇÃO DO ARTIGO 14.º DO REGULAMENTO RELATIVO ÀS CONCENTRAÇÕES

- (27) Por força do n.º 1, alínea b) do artigo 14.º do regulamento relativo às concentrações, a Comissão pode, mediante decisão, aplicar às empresas coimas num montante entre 1 000 e 50 000 euros sempre que as empresas, deliberada ou negligentemente prestem informações, inexactas ou deturpadas aquando de uma notificação apresentada nos termos do artigo 4.º

1. Carácter inexacto das informações sobre os acordos de cooperação

- (28) O facto de os concorrentes poderem exportar a produção é especialmente importante para que a Comissão aprecie a dimensão geográfica dos mercados em causa, bem como a incidência da operação na concorrência a nível do mercado interno. No formulário CO, a Deutsche BP declarou que não existiam acordos de cooperação para o ACN. Esta informação revelou-se inexacta, uma vez que a BP celebrou acordos, tal como indicado nos considerandos 8 a 13, com [...]*, que afectaram a capacidade destes últimos de exportarem ACN para a Europa e outros destinos e de competirem com a BP nestes mercados. Uma vez que a Deutsche BP argumentou que o mercado geográfico em causa do ACN era de dimensão mundial, os acordos celebrados no mundo inteiro [...] deveriam ter sido mencionados na notificação. Por conseguinte, poder-se-á concluir que as informações prestadas no formulário CO sobre os acordos de cooperação relativos ao ACN são inexactas.

2. Carácter inexacto ou, pelo menos, deturpado das informações sobre concessão de licenças para o ACN

- (29) O eventual controlo dos mercados a montante, tais como o mercado da tecnologia de produção do ACN, constitui um aspecto importante para a apreciação da posição de uma parte no mercado relevante. A forte posição da BP no que diz respeito à concessão de licenças para o ACN não foi de forma nenhuma referida no formulário CO. As partes não referiram a concessão de licenças de tecnologia para o ACN como constituindo um mercado afectado verticalmente, nem forneceram as informações solicitadas no formulário CO. As (poucas) informações comunicadas a este respeito deram uma imagem deturpada da realidade, na medida em que faziam supor que a BP detém menos de 25 % do mercado e que se confrontava com vários concorrentes bem estabelecidos e muito activos (no ponto 8.9, a BP refere «licenciantes muito activos em termos de concessão de licenças») na atribuição de licenças. Estas indicações revelaram-se inexactas ou, pelo menos, deturpadas. A BP detinha e continua a deter o primeiro lugar

mundial no mercado de concessão de licenças para o ACN. A DuPont não desenvolvia qualquer actividade neste domínio. A Deutsche BP alega ter tido boas razões para considerar que a DuPont concedia frequentemente licenças, na medida em que, em Junho de 1998, um dos seus directores anunciou num artigo publicado numa revista da especialidade (Chemicals Week) que a DuPont iria conceder licenças para 25 das suas especialidades químicas, incluindo nomeadamente o ACN. Este artigo não permite tirar conclusões quanto à importância real das actividades da DuPont em matéria de concessão de licenças para o ACN aquando da notificação. Um artigo publicado dois anos e meio antes da notificação, no qual apenas eram manifestados projectos e planos de exploração de uma empresa, não permite corroborar a declaração que consta da notificação segundo a qual já era possível adquirir a tecnologia junto da DuPont. Além disso, tal como indicado na notificação, não existiam «vários licenciantes chineses», mas apenas um único hipotético licenciante (a Sinopec), que na altura não tinha concedido qualquer licença. O facto de não ter sido indicado que a Asahi limitava as suas actividades às suas próprias empresas e à China e que celebrou um acordo de cooperação com a BP no que diz respeito à China deve ser considerado, no mínimo, deturpante, uma vez que dá a impressão que a Asahi exerce as suas actividades sem qualquer restrição geográfica e de forma totalmente independentemente da BP. Por conseguinte, pode concluir-se que as informações prestadas no formulário CO relativas à tecnologia do ACN são inexactas ou, no mínimo, deturpadas.

3. Carácter inexacto ou, no mínimo, deturpado, das informações sobre o catalisador de ACN

- (30) O mercado dos catalisadores deve ser considerado um mercado a montante das actividades de produção de ACN da BP, o que é importante para efeitos de apreciação da posição da empresa neste mercado. A notificação não fazia qualquer referência às actividades da BP relacionadas com o catalisador de ACN. Igualmente neste ponto, as partes não identificaram um mercado afectado verticalmente. As informações sucintas sobre o catalisador ACN davam a impressão de que a BP não estava presente no mercado dos catalisadores e que nele existiam vários outros concorrentes bem estabelecidos e independentes. Estas indicações revelaram-se inexactas ou, no mínimo, deturpadas. A BP detinha e continua a ocupar o primeiro lugar mundial nas vendas de catalisadores de ACN com 70 % de quota de mercado. A DuPont não estava presente no mercado dos novos catalisadores. Ao não referir as ligações que desenvolveu e continua a desenvolver com a Asahi, a Deutsche BP omitiu informações importantes para a apreciação da capacidade da Asahi como concorrente da BP. A mesma observação é válida para as ligações com a Mitsubishi. Em conclusão, pode-se considerar inexactas ou, no mínimo, deturpadas, as indicações fornecidas na notificação relativas ao catalisador de ACN.

4. Negligência

- (31) Na sua resposta à comunicação de objecções enviada pela Comissão, a Deutsche BP refere que a não comunicação das informações pertinentes não significa negligência e que a existir seria muito limitada. A Deutsche BP apresenta a seguinte explicação para as omissões na notificação: as omissões devem-se sobretudo a problemas de comunicação e de coordenação internas e estão ligadas à participação de várias pessoas de diferentes departamentos da BP ou externas à preparação e à elaboração da notificação. A unidade central que iniciou a redacção da notificação solicitou as informações necessárias, de acordo com o formulário CO, aos departamentos abrangidos, que se encontram nos Estados Unidos. Porém, não lhes esclareceu alcance das várias expressões e noções utilizadas técnicas no referido formulário, nem a importância de determinadas relações comerciais para uma apreciação da concorrência à luz do regulamento relativo às concentrações.
- (32) Por conseguinte, os acordos celebrados com o produtor americano Sterling e [...] não foram mencionados, segundo a Deutsche BP, pelos seguintes motivos: dado que as partes pretendiam inicialmente propor uma definição do mercado do ACN como de dimensão europeia, as relações com os produtores [...] [nas outras zonas geográficas] não foram consideradas pertinentes. Quando foi decidido passar a considerar o mercado como de dimensão mundial, a secção do formulário CO relativa aos acordos não foi revista em conformidade.
- (33) No que diz respeito à tecnologia e ao catalisador de ACN, a Deutsche BP alega que os peritos que elaboraram o formulário CO não consideraram estas actividades situadas «a montante ou a jusante» na aceção do referido formulário. Frequentemente, os especialistas interpretam estas expressões como referentes às matérias-primas (tais como o propileno e o amoníaco no caso do ACN), em vez de relacionadas com a tecnologia. Segundo a Deutsche BP, este mal-entendido inicial não foi detectado na elaboração da notificação.
- (34) Por último, a Deutsche BP considera que o método por ela aplicado [que consiste em recolher informações através do envio atempadamente do enunciado exactos das secções pertinentes do formulário CO aos departamentos específicos, da designação de um especialista externo como conselheiro e de uma execução que aplica o código de boas práticas do ECLF/da Comissão ⁽¹⁾] era razoável e normalmente teria sido suficiente para evitar qualquer problema na preparação da notificação. A Deutsche BP considera assim que o carácter incompleto da notificação é imputável, não a uma má organização, mas a um conjunto excepcional de circunstâncias infelizes num caso isolado.
- (35) Nada permite concluir que a Deutsche BP agiu deliberadamente. No entanto, a Comissão considera que o fornecimento de informações inexactas e deturpadas é sinal de negligência. No caso dos acordos de cooperação, as perguntas do formulário CO são claras e exactas. A Deutsche BP devia ter consciência da importância destes acordos para a apreciação da posição das partes e da

independência dos seus concorrentes. A disponibilidade de importações e a possibilidade de os concorrentes externos comercializarem a sua produção na Europa em total liberdade são importantes para esta apreciação, o que deveria ter sido evidente para a Deutsche BP. A pertinência das informações não fornecidas é independente da definição de mercado geográfico adoptada. As perguntas da secção 8 do formulário CO não incluem qualquer restrição de carácter geográfico e as respostas deveriam abranger o mundo inteiro, nomeadamente se as partes definem o mercado como de dimensão mundial. As ligações existentes entre os concorrentes são um aspecto fundamental para a análise da concorrência, tanto à escala europeia como mundial. Por conseguinte, o argumento da Deutsche BP segundo o qual a omissão decorre do facto de, durante a elaboração da notificação, se ter optado por definir o mercado do ACN como de dimensão mundial e não de dimensão europeia sem que, de forma totalmente involuntária, a secção 8 do formulário CO fosse adaptada em conformidade, não permite concluir da não existência de negligência.

- (36) O facto de o acordo celebrado com Sterling ter sido notificado à Comissão anteriormente, em aplicação do artigo 81.º do Tratado, com base no formulário A/B, vem corroborar as conclusões da Comissão, segundo as quais a Deutsche BP não tinha intenção de dissimular informações. No entanto, não prova que não tivesse existido negligência. O formulário CO convida as partes a fornecerem informações completas e circunstanciadas, incluindo todos os aspectos pertinentes para a apreciação da operação de concentração. O facto de algumas informações terem sido comunicadas à Comissão no âmbito de um outro procedimento ou noutra ocasião, não impede a obrigação das partes de responderem a todas as perguntas do formulário CO. Além disso, a notificação das partes não faz qualquer referência ao procedimento anterior.
- (37) No caso da tecnologia e do catalisador de ACN, o ponto III, secção 6, do formulário CO define claramente o que se entende por «mercados afectados verticalmente». O argumento das partes segundo o qual os departamentos envolvidos não consideraram a concessão de licenças de tecnologia e o catalisador como um «mercado do produto» na aceção da secção 6 do referido formulário, e apenas tiveram em conta os produtos químicos a montante ou a jusante do ACN, tem uma importância irrelevante e não demonstra não ter havido negligência. Segundo a jurisprudência da Comissão, a concessão de licenças de tecnologia pode constituir um mercado de produtos distinto. No processo Dow Chemical/Union Carbide ⁽²⁾, a Comissão apreciou exaustivamente o mercado da concessão de licenças de tecnologia para o polietileno. A BP participou activamente na investigação da Comissão no âmbito deste processo. Embora este dissesse respeito a um produto diferente (o polietileno), nada permite concluir que a abordagem adoptada para a concessão de licenças de tecnologia se limitasse a este produto específico e não fosse aplicável a outros produtos químicos.

⁽¹⁾ http://europa.eu.int/comm/competition/mergers/others/best_practice_gl.html

⁽²⁾ Decisão 2001/684/CE da Comissão sobre o processo COMP/M.1671, (JO L 245 de 14.9.2001, p. 1, considerando 74 a 95).

(38) Este argumento é ainda menos válido no caso do catalisador de ACN, dado que este é um produto químico distinto, necessário como aditivo ao processo de fabrico do ACN. O facto da Deutsche BP ter tido consciência da importância da concessão de licenças de tecnologia e do catalisador para efeitos de apreciação da concorrência é igualmente comprovado pelas informações neste sentido, embora inexatas ou, no mínimo, deturpadas, constantes do formulário CO nas rubricas «entrada no mercado» e «investigação e desenvolvimento». Além disso, é impossível que a Deutsche BP não tenha tido conhecimento da posição especialmente forte que a BP detinha nestes dois mercados. Por último, importa referir que a Deutsche BP faz parte de uma multinacional que conta no seu activo inúmeras notificações à Comissão, incluindo no sector químico, e que, por consequência, tem uma longa experiência em termos de procedimento de controlo das operações de concentração e interpretação do formulário CO.

(39) Por último, a Comissão não pode aceitar o argumento da Deutsche BP segundo o qual não houve negligência, tendo em conta o método e organização da BP na preparação das notificações e o carácter infeliz e excepcional do caso em apreço. A Comissão reconhece que até ao presente, os membros do grupo BP notificaram as suas operações de concentração de forma satisfatória, no entanto, o presente caso demonstrou que o procedimento seguido pela BP e Deutsche BP, diferente segundo estas empresas do método que utilizam normalmente para a notificação de operações de concentração, não se traduziu numa notificação completa e satisfatória. É fundamental, para o procedimento de controlo das operações de concentração seguido pela Comissão, que o formulário CO esteja completo e inclua informações detalhadas, dado que a Comissão está sujeita a prazos legais muito curtos, facto que é do conhecimento das partes notificantes. As disposições internas adoptadas pela parte notificante com vista à elaboração do formulário CO devem ter presente a extrema importância de uma notificação completa. Por conseguinte, dever-se-á conceder especial atenção à organização dos procedimentos internos, por forma a que as obrigações e exigências legais previstas pelo regulamento relativo às concentrações sejam comunicadas ao conjunto dos departamentos envolvidos e que todas as informações pertinentes sejam identificadas e expressas no formulário CO. No caso em apreço, o facto de haver uma ausência de informações sobre três aspectos diferentes demonstrou que os métodos aplicados pela BP e pela Deutsche BP tinham deficiências que resultaram na apresentação de um formulário CO incompleto.

(40) Estas omissões ultrapassam o conceito de pequenos erros inevitáveis devido à complexidade de grandes empresas multinacionais. A explicação avançada pela Deutsche BP também não demonstra a existência circunstâncias excepcionais que impeçam, não obstante os esforços razoavelmente envidados, a comunicação das informações em falta. Três aspectos distintos, todos eles de um interesse e importância evidentes para a apreciação da concorrência, não foram devidamente tratados no

formulário CO. Este facto traduz-se igualmente pela circunstância de terem sido imediatamente comunicados à Comissão os elementos em falta por parte de terceiros, desde a primeira fase da investigação.

- (41) No que diz respeito ao grau de negligência, importa no entanto ter em conta o facto do ACN não ser o único produto visado. A Comissão verifica que a operação em causa teve repercussões num elevado número de produtos químicos diferentes, entre os quais o ACN, que deveriam ter sido analisados na notificação.
- (42) Tendo em conta o exposto, há que concluir que a Deutsche BP agiu de forma negligente ao comunicar informações inexatas e deturpadas e que o grau de negligência foi considerável.

5. Natureza e gravidade da infracção

- (43) Por força do n.º 3 do artigo 14.º do regulamento relativo às concentrações, a Comissão deve, a fim de determinar o montante da coima, ter em conta a natureza e a gravidade da infracção.

a) Natureza da infracção

- (44) A Deutsche BP cometeu uma infracção, por negligência, ao omitir os acordos de cooperação importantes [concluídos com a Sterling e...]* e ao não identificar a tecnologia e os catalisadores de ACN como mercados afectados, ao fornecer informações deturpadas sobre a situação concorrencial dos mercados da tecnologia e dos catalisadores, bem como sobre a posição da BP nestes mercados.

b) Gravidade da infracção

1. Argumentos da Deutsche BP

- (45) Segundo a Deutsche BP, devem ser consideradas circunstâncias atenuantes os elementos seguintes: em primeiro lugar, não havia qualquer intenção de induzir a Comissão em erro e a Deutsche BP nunca dissimulou intencionalmente as informações. Esta omissão resultaria sobretudo de um conjunto infeliz de circunstâncias e não de uma negligência da sua parte.
- (46) Subsequentemente, a Deutsche BP sublinha o impacto concorrencial limitado das informações não comunicadas. Na sua opinião, nenhuma destas informações, uma vez cuidadosamente analisadas pela Comissão, se revelou suficientemente importante para exigir uma sanção. A este respeito, a Deutsche BP remete para os processos anteriores nos quais foi aplicada uma coima pela Comissão devido ao carácter incompleto de uma notificação. A Deutsche BP considera que, em todos estes casos, as informações foram dissimuladas deliberadamente ou existia uma ligação importante entre as informações omitidas e a decisão no quadro do procedimento formal de investigação, na medida em que era exigida uma sanção ou que as preocupações da Comissão a nível da concorrência se baseavam nas informações em questão.

(47) Por último, a Deutsche BP não contesta o carácter incompleto do formulário CO por ela apresentado. No entanto, sublinha que manifestou de imediato a sua intenção de colaborar totalmente com a Comissão, a partir do momento que esta assinalou a falta de informações. Quanto às informações fornecidas a respeito [do outro acordo]* e à forma como este assunto foi esclarecido, a Deutsche BP volta a insistir no [seu]* impacto limitado em termos de apreciação da concorrência.

2. Apreciação

(48) A Comissão considera que a infracção é especialmente grave. A notificação constitui a base e o ponto de partida da sua investigação sobre qualquer operação de concentração. Ela determina em larga medida a sua abordagem quanto ao assunto em causa, bem como os aspectos e momentos importantes da sua investigação. O fornecimento de informações inexactas e deturpadas pode impedir a realização do exame ou da análise dos aspectos importantes e pertinentes, a fim de apreciar a operação do ponto de vista da concorrência e de dar origem a uma decisão final baseada em informações incorrectas. Ao analisar as operações de concentração, a Comissão está sujeita a prazos extremamente curtos. Neste contexto, é fundamental para o desenrolar dos seus trabalhos que possa estruturar a sua investigação nos aspectos pertinentes desde o início do procedimento, baseando-se numa série de informações circunstanciadas e exactas fornecidas na notificação.

(49) A notificação apresentada era incorrecta e deturpada em três aspectos diferentes. Dois desses aspectos nem sequer foram comunicados à Comissão: de facto, a notificação não referia a existência de acordos de cooperação e não indicava que a BP exercia actividades relativas ao catalisador de ACN. As infracções referem-se a três elementos importantes para a apreciação do processo que poderiam, à primeira vista, colocar graves problemas de concorrência. As indicações inexactas e deturpadas do formulário CO sobre o mercado do ACN falsearam e induziram em erro a primeira investigação da Comissão que não pode debruçar-se sobre estes aspectos importantes. A Comissão só teve conhecimento dos dados em questão através das informações fornecidas espontaneamente por terceiros no âmbito da sua investigação. Após ter declarado a notificação incompleta, a Comissão viu-se obrigada a relançar uma vasta investigação a fim de verificar e apreciar os novos elementos revelados posteriormente pela Deutsche BP e outros agentes do mercado.

(50) Quanto à argumentação da Deutsche BP, a Comissão considera o seguinte: a ausência de uma intenção deliberada e o grau de negligência já foram abordados na secção correspondente *infra* e deverão ser tidos em conta para o cálculo do montante da coima. A Comissão considera que a Deutsche BP não agiu deliberadamente, mas estima que demonstrou um comportamento especialmente negligente.

(51) O facto de as informações omitidas não serem susceptíveis de criar preocupações a nível da concorrência que exijam a adopção de medidas, não pode ser considerado

uma circunstância atenuante. As exigências do formulário CO quanto às informações a fornecer, que o n.º 1, alínea b), do artigo 14.º, do regulamento das concentrações visa proteger e aplicar, não estabelece uma distinção em função dos resultados prováveis da análise da concorrência. Neste caso, conta apenas o facto de as informações não prestadas serem importantes para o bom andamento da investigação e uma correcta apreciação da posição de concorrência da BP no mercado do ACN. Importa recordar que dois mercados claramente afectados não foram identificados. A circunstância de, na sequência da avaliação da Comissão, e tendo em conta as informações inicialmente omitidas, a operação não ter suscitado preocupações do ponto de vista da concorrência, em nada diminui a gravidade da omissão. Esta última é determinada pela pertinência das informações para a investigação e apreciação e não do resultado final da apreciação.

(52) Por conseguinte, a referência à ausência de preocupações em termos de concorrência na decisão final da Comissão não pode ser tida em conta para apreciar a forma como as informações sobre [o outro acordo]* foram fornecidas.

(53) Segundo o exposto nos considerandos 8 a 11, mesmo após a Comissão ter abordado, pela primeira vez, com a Deutsche BP o acordo concluído com a Sterling, a Deutsche BP não comunicou imediatamente a existência [do outro acordo]*. E mesmo depois da Comissão lhe ter solicitado informações suplementares relativas [...] a Deutsche BP não apresentou informações circunstanciadas sobre [este outro acordo]*. Foi necessário um outro pedido de informações suplementares para determinar [o alcance total do conteúdo restritivo deste acordo]*. Uma vez que as informações completas só foram fornecidas após vários pedidos neste sentido, ao cabo de um período total de 11 dias (de 8 a 19 de Março), nada permite considerar a vontade de colaboração expressa pela Deutsche BP como uma circunstância atenuante.

(54) O facto de a Deutsche BP não ter contestado os factos revelados pela Comissão e ter admitido que as informações pertinentes deveriam ter sido integradas no formulário CO deve ser considerada uma circunstância atenuante.

6. Montante da coima

(55) Assim, tendo em conta as circunstâncias do caso em apreço, a Comissão considera adequado aplicar à Deutsche BP uma coima de 35 000 euros, em conformidade com o disposto no n.º 1, alínea b), do artigo 14.º do regulamento relativo às concentrações. No caso de pagamento em atraso, serão aplicados juros de mora à taxa praticada pelo Banco Central Europeu às suas principais operações de refinanciamento, a partir do primeiro dia do mês de adopção da presente decisão, correspondente a 3,5 % para o mês de Junho, tal como publicado no *Jornal Oficial d União Europeia* C 132 de 4 de Junho de 2002, acrescido de 3,5 pontos percentuais

ADOPTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

Nos termos do n.º 1, alínea b), do artigo 14.º do Regulamento (CEE) n.º 4064/89, é aplicada uma coima de 35 000 euros à Deutsche BP AG, por ter fornecido informações inexactas e deturpadas na notificação apresentada à Comissão em 23 de Fevereiro de 2001 nos termos do referido regulamento.

Artigo 2.º

A coima imposta no artigo 1.º deve ser paga, no prazo de três meses a contar da data de notificação da presente decisão para a seguinte conta bancária da Comissão Europeia:

Número de conta: 642-0029000-95
Comissão Europeia
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA)
Código Swift: BBVABEBB — Código IBAN: BE 76 6420 0290 0095
Avenue des Arts, 43
B-1040 Bruxelas.

Se for ultrapassado este prazo, serão automaticamente exigíveis juros de mora à taxa aplicada pelo Banco Central Europeu às suas principais operações de refinanciamento, a partir do primeiro dia do mês de adopção da presente decisão, acrescida de 3,5 pontos percentuais ou seja 6,75 %.

Artigo 3.º

É destinatária da presente decisão:

Deutsche BP AG
Max-Born-Straße 2
D-22761 Hamburgo.

Feito em Bruxelas, em 19 de Junho de 2002.

Pela Comissão
Mario MONTI
Membro da Comissão

DECISÃO DA COMISSÃO
de 23 de Julho de 2003
relativa aos auxílios à investigação e desenvolvimento no domínio da aeronáutica que o Reino de
Espanha tenciona conceder à empresa Gamesa

[notificada com o número C(2003) 2518]

(Apenas faz fé o texto em língua espanhola)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

(2004/286/CE)

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia e, nomeadamente, o n.º 2, primeiro parágrafo, do seu artigo 88.º,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 659/1999 do Conselho, que estabelece as regras de execução do artigo 93.º do Tratado CE ⁽¹⁾ e, nomeadamente, o seu artigo 7.º,

Após ter convidado as partes interessadas a apresentarem as suas observações nos termos do referido artigo,

Considerando o seguinte:

1. PROCEDIMENTO

- (1) Por carta de 28 Junho de 2001, registada em 2 de Julho de 2001, a representação permanente de Espanha notificou, em conformidade com o n.º 3 do artigo 88.º do Tratado CE, um projecto de auxílio à I & D no domínio da aeronáutica a favor da empresa Gamesa. Foram transmitidas informações complementares por carta de 3 de Outubro de 2001, registada em 5 de Outubro de 2001, e de 11 de Janeiro de 2002, registada em 15 de Janeiro de 2002.
- (2) A Comissão solicitou a um perito científico independente que analisasse o processo. Esta peritagem deu lugar a um contrato assinado em 14 de Dezembro de 2001.
- (3) Por carta de 12 de Março de 2002, a Comissão informou o Reino de Espanha da sua decisão ⁽²⁾ de dar início ao procedimento previsto no n.º 2 do artigo 88.º relativo ao projecto de auxílio em questão.
- (4) Por carta de 26 de Abril de 2002, registada em 29 de Abril de 2002, as autoridades espanholas transmitiram à Comissão as suas observações.
- (5) A decisão da Comissão de dar início ao procedimento (a seguir designada «decisão de 12 de Março de 2002» ou «decisão de início do procedimento formal de exame») foi publicada no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* em 27 de Abril de 2002. A Comissão convidou os interessados a apresentar as suas observações sobre o auxílio em causa. Nenhum terceiro interessado apresentou observações no prazo fixado pela Comissão para o efeito.

- (6) Por carta de 24 de Fevereiro de 2003, a Comissão solicitou às autoridades espanholas informações complementares. As autoridades espanholas transmitiram essas informações por carta de 25 de Março de 2003, registada em 26 de Março de 2003.

2. DESCRIÇÃO

- (7) A empresa beneficiária é a Gamesa. Fabrica e fornece produtos, instalações e serviços tecnologicamente avançados nos domínios da aeronáutica e das energias renováveis. O número de trabalhadores e o volume de negócios da Gamesa excedem os limites máximos previstos no Anexo I do Regulamento (CE) n.º 70/2001 da Comissão, de 12 de Janeiro de 2001, relativo à aplicação dos artigos 87.º e 88.º do Tratado CE aos auxílios estatais a favor das pequenas e médias empresas ⁽³⁾, para que uma empresa seja considerada uma PME.
- (8) A Gamesa participa actualmente num projecto de desenvolvimento de dois novos modelos de aviões regionais: o ERJ-170 e o ERJ-190. Este projecto foi lançado pela empresa brasileira Embraer. A Gamesa tem a seu cargo o fornecimento da fuselagem traseira, das empenagens e do leme das duas aeronaves.
- (9) Neste âmbito, a Gamesa lançou um projecto de I & D destinado à aquisição das tecnologias necessárias para o desenvolvimento das secções traseiras de aviões comerciais, que será aplicável tanto ao projecto ERJ-170/190 como a futuros projectos. A duração desse projecto é de quatro anos, de 2000 a 2003.
- (10) O custo total do projecto eleva-se a [...] ^(*), ou seja, [...].
- (11) A fim de apoiar o projecto, o Governo basco (administração regional) tenciona conceder um auxílio sob a forma de um empréstimo à taxa de juro de 0 % no montante total de 4 621 000 000 milhões de pesetas espanholas, ou seja, 27 772 769,34 euros.

⁽³⁾ JO L 10 de 13.1.2001, p. 33.

^(*) Partes deste texto foram omitidas a fim de garantir a não divulgação de informações confidenciais; essas partes estão entre parênteses rectos.

⁽¹⁾ JO L 83 de 27.3.1999, p. 1.

⁽²⁾ JO C 153 de 27.6.2002, p. 14.

(12) Segundo as autoridades espanholas, o programa de trabalho do projecto inclui as seguintes actividades:

a) *Estudos de viabilidade*

Estas actividades incluem o estudo técnico do projecto e a análise da sua viabilidade técnica e económica.

b) *Investigação industrial*

Trata-se de adquirir as tecnologias necessárias ao desenvolvimento do projecto.

- Tecnologias mecânicas globais
 - Bordos de ataque: concepção óptima, metal/compósitos, impacto de aves, formação de gelo, simulações, ensaios
 - Anteparas de pressão: estabilidade, compressão de anéis esbeltos semi-apoiados, anteparas de compósitos
 - Permutabilidade das empenagens: ferramentas especiais; fresagens locais
 - Impacto de raios
 - Instalação de sistemas (antenas) nas empenagens
 - Análise zonal: instalação de actuadores
 - Sistemas de drenagem
- Tecnologias dos materiais, processos e fabrico
 - Materiais compósitos e plásticos: qualificação de novos materiais, tecnologia de injeção de plásticos, qualificação de componentes, fabrico de bordos de ataque
 - Materiais mecânicos: utilização de aços aptos ao endurecimento por precipitação, influência dos tratamentos térmicos
 - Anéis forjados de grandes dimensões, técnicas de fabrico
 - Enformação por *peen-forming*
 - Qualificação de tecnologias de corte especiais
- Tecnologias de inspecção, manutenção e reparação
 - Técnicas de fiabilidade estrutural
 - Prevenção da corrosão: corrosão galvânica, novos compósitos inibidores, anodização portátil
 - Reparação em compósitos
 - Reparação das caixas de rolamentos
 - Métodos avançados de inspecção
- Tecnologias de projecto
- Tecnologias da informação
 - Simulação e modelização
 - Tensão diagonal
 - Sistema de comando eléctrico (*fly by wire*)
 - Metodologias de cálculo

c) *Actividades de desenvolvimento pré-concorrencial*

O programa tem por objectivo a realização das actividades técnicas necessárias à entrega, concepção, desenvolvimento, integração, ensaios, certificação e apoio operacional das empenagens vertical e horizontal e da fuselagem traseira dos aviões ERJ-170/190.

Trata-se principalmente de actividades nos domínios seguintes:

- Geometria de base: linhas de base da estrutura
- Definição de normas: os processos de fabrico devem ser homologados
- Carga: cálculo das cargas internas e externas a fim de evitar fissuras
- Concepção: definição, fixação da estrutura do produto, concepção estrutural pormenorizada, concepção da instalação de sistemas, *maquettes* digitais, documentos de controlo das *interfaces* estruturais e dos sistemas, definição e concepção de equipamentos de apoio no solo, etc.
- Engenharia de estruturas: cálculos e análise estrutural (estática, fadiga, tolerância aos danos), etc.
- Engenharia de sistemas: apoio à integração de sistemas, análise de distribuição de massas de gelo, análise de protecção contra os raios, análise zonal (avaria da turbina do motor, impacto de aves), etc.
- Ensaios de certificação: desenvolvimentos dos ensaios necessários para obter a certificação por parte das autoridades correspondentes
- Estudos de manutenção: desenvolvimento de programas de manutenção (acessibilidade geral, utilização de peças normalizadas, permutabilidade, técnicas de concepção para prevenir e isolar as fissuras, etc.)
- Desenvolvimento e concepção de ferramentas: desenvolvimento de ferramentas de montagem específicas, concepção de ferramentas de calibragem
- Definição de métodos de fabrico.

3. RAZÕES QUE CONDUZIRAM AO INÍCIO DO PROCEDIMENTO

(13) Na sua decisão de 12 de Março de 2002, a Comissão expressou uma série de dúvidas quanto aos seguintes aspectos do auxílio em questão:

- a classificação dos trabalhos em função dos estádios da investigação definidos no anexo I do enquadramento comunitário dos auxílios estatais no domínio da I & D ⁽¹⁾ (a seguir designado «o enquadramento») e, em especial, a natureza de actividade de I & D dos trabalhos de certificação e dos estudos de manutenção;

⁽¹⁾ JO C 45 de 17.2.1996, p. 5.

— o efeito de incentivo do auxílio, na aceção do ponto 6 do enquadramento, atendendo a que os dados transmitidos pelas autoridades espanholas que revelam um aumento do pessoal e do orçamento de I & D da empresa são difíceis de interpretar em termos do efeito de incentivo. Além disso, as autoridades espanholas não referem nenhuns custos relacionados com uma eventual colaboração transfronteiriça nem comunicaram quaisquer dados que demonstrem claramente uma deficiência do mercado. Por último, as aeronaves a que se destina prioritariamente a aplicação dos resultados do projecto, as ERJ-170/190, pareciam já ter atingido um elevado grau de maturidade. Com efeito, haviam efectuado o *roll out* em 29 de Outubro de 2001, estando o primeiro voo previsto para o início de 2002 e a primeira entrega para finais de 2002, o que parece excluir a existência de riscos significativos que impossibilitassem o financiamento do projecto por fontes não estatais.

4. OBSERVAÇÕES DAS AUTORIDADES ESPANHOLAS

- (14) Em primeiro lugar, as autoridades espanholas consideram que a intensidade do auxílio está dentro dos limites admissíveis do enquadramento, mesmo se se partir do princípio de que todas as actividades do projecto devem ser consideradas actividades de desenvolvimento pré-concorrencial. Com efeito, os seus cálculos iniciais, efectuados em Abril de 2001, baseavam-se no calendário inicialmente previsto, que previa pagamentos à Gamesa em 2000, 2001, 2002 e 2003 e reembolsos por parte desta última entre 2007 e 2013.
- (15) Por outro lado, no que se refere ao carácter selectivo assim como à vantagem comparativa dos auxílios, as autoridades espanholas recordam que estes auxílios se inscrevem no âmbito de uma política industrial de carácter geral definida no plano interinstitucional de fomento Económico do País Basco. Em especial, os auxílios à Gamesa foram concedidos no âmbito de um programa de projectos estratégicos. Por outro lado, não há nenhum carácter selectivo, na medida em que os dois grupos aeronáuticos presentes no país basco (Gamesa e ITP), embora operando em subsectores diferentes, receberam propostas de auxílios equivalentes no âmbito deste programa de projectos estratégicos. Além disso, é geralmente admitido que o nível médio de apoio público às actividades de I & D no sector da aeronáutica na Europa é superior a 50 %, pelo que o projecto de auxílio à Gamesa está em conformidade com os instrumentos que outras empresas europeias têm à sua disposição para desenvolver actividades de I & D, situando-se mesmo a um nível inferior. Consequentemente, não conceder tal auxílio colocaria esta empresa numa situação de desigualdade.
- (16) No que se refere ao efeito de incentivo do auxílio, as autoridades espanholas recordam que a Comissão, no seu programa-quadro em matéria de investigação, desenvolvimento tecnológico e demonstração para 2000-2006 (a seguir designado «sexto PQID»), que tem por objectivo a integração e o reforço do Espaço Europeu da Investigação, propõe-se favorecer o apoio à investigação a nível internacional nos principais domínios prioritários de interesse excepcional e de valor acrescentado para a Europa, entre os quais se encontra a aeronáutica. Concretamente, entre as prioridades de investigação do sexto PQID, figuram as que reforçam a competitividade da indústria que fabrica fuselagens, através da redução dos custos de desenvolvimento da aeronave e dos custos de exploração desta última e de uma concentração dos esforços nos sistemas e processos integrados de concepção, em tecnologias de produção mais inteligentes, na configuração das aeronaves, na aerodinâmica, nos materiais e estruturas, nos sistemas mecânicos, eléctricos e hidráulicos, etc. Ora, segundo as autoridades espanholas, o projecto da Gamesa é um exemplo de adaptação a esta orientação.
- (17) Segundo as autoridades espanholas, é necessário apoiar este tipo de actividade, sendo o efeito de incentivo evidente no caso da Gamesa, atendendo aos riscos tecnológicos e financeiros, bem como à dimensão da empresa e às circunstâncias do projecto. A esse respeito, é conveniente ter presente o facto de a actividade aeronáutica ser uma actividade industrial muito ligada à investigação e desenvolvimento, que, neste tipo de empresa, tem a particularidade de ter um carácter cíclico ligado à vida do produto, sendo especialmente intensiva nas fases preliminares e de desenvolvimento do mesmo. Nestas circunstâncias, a manutenção de uma estrutura de investigação estável constituiria um desafio unicamente ao alcance das grandes empresas, enquanto, para as médias empresas, como é o caso da Gamesa, não passaria de um objectivo a médio prazo.
- (18) As autoridades espanholas salientam o importante aumento da actividade de investigação previsto para depois deste projecto, tanto do ponto de vista das despesas consagradas a esse tipo de actividade como dos recursos humanos. Em consequência directa do projecto, e graças aos conhecimentos, tecnologias e capacidades adquiridas pela empresa, esta pode hoje em dia candidatar-se a projectos equivalentes de outros fabricantes americanos, em condições de risco mais realistas.
- (19) No que diz respeito às dúvidas da Comissão relativas à excessiva flutuação do orçamento de investigação, as autoridades espanholas explicam que, em 1999, antes do início do projecto, o pessoal consagrado à investigação era composto por 109 pessoas e a média das despesas era de 2 490 milhões de pesetas espanholas. Na sequência do arranque do projecto, espera-se atingir despesas no montante de cerca de 4 000 ou 4 500 milhões de pesetas espanholas, com o número de efectivos estabilizado em redor de 300 pessoas. Tal como essas autoridades explicaram anteriormente, as despesas com I & D no domínio da aeronáutica têm um carácter cíclico, começando por ser muito importantes nas fases preliminares de desenvolvimento do produto para, seguidamente, diminuírem rapidamente. No caso vertente, a Gamesa prevê investir [...] em quatro anos, mais de metade do qual no primeiro ano. O objectivo da empresa seria tentar manter uma estrutura estável de I & D equivalente aos níveis atingidos no final do projecto mediante a incorporação de outros projectos no futuro, que se justaporiam no tempo a esse projecto, permitindo assim à empresa manter o capital humano, bem como a capacidade de desenvolvimento tecnológico atingidos.

- (20) Por outro lado, o projecto ERJ 170/190 implicaria, além disso, uma importante necessidade de colaboração transfronteiriça durante a fase de desenvolvimento. Assim, a percentagem que a colaboração transfronteiriça representa em relação às despesas totais com o pessoal directamente ligado à investigação poderia ser estimada entre 30 % e 50 % no que diz respeito aos colaboradores baseados na União Europeia e entre 10 % e 20 % no exterior da União Europeia, em função dos resultados e da evolução do projecto.
- (21) No que diz respeito às insuficiências do mercado, as autoridades espanholas recordam igualmente o carácter cíclico do mercado da aeronáutica, demonstrado pelas publicações dos grandes fabricantes mundiais (Airbus, Boeing, Bombardier e Embraer) das entregas e das encomendas ano a ano. Esta evolução é normalmente paralela à evolução do PIB mundial. Ora, as linhas aéreas reagem normalmente de forma imediata a esta evolução, aumentando ou diminuindo as suas encomendas, provocando assim insuficiências de mercado da indústria aeronáutica ao longo de toda a cadeia de subcontratação. Este contexto, que implica que a possível rentabilidade dos investimentos pode ser comprometida, reforça o papel dos auxílios como instrumento de incentivo face às insuficiências do mercado.
- (22) Além disso, segundo as autoridades espanholas, os ciclos de desenvolvimento de um programa no domínio da aeronáutica encurtaram-se consideravelmente, o que exige uma maior intensidade dos investimentos e conduz a um aumento dos riscos, sobretudo no que diz respeito aos projectos de investigação cujo desenvolvimento permite a participação seguidamente noutros programas aeronáuticos. Assim, nos últimos anos, o ciclo de desenvolvimento terá passado de 10 para cinco anos: 12 meses para o desenho conceptual do avião, oito meses para o desenho preliminar, 17 meses para o desenho pormenorizado, onze meses até ao primeiro voo e 12 meses até à certificação do avião. Devido à competitividade do sector, as fases de desenho conceptual, preliminar e de retalho aceleraram-se consideravelmente, aumentando assim os riscos intrínsecos, bem como os investimentos necessários.
- (23) As autoridades espanholas consideram, por conseguinte, que um auxílio que tenha como objectivo compensar esta situação tem um efeito de incentivo muito significativo.
- (24) No que diz respeito à questão do grau aparente de maturidade do projecto, as autoridades espanholas assinalam que o facto de ter havido um roll out e um primeiro voo tem mais a ver com uma questão de *marketing* do produto que com a conclusão do desenvolvimento do produto. Por outro lado, o projecto não tem apenas como objectivo o desenvolvimento de um determinado produto, mas também o desenvolvimento de tecnologias que permitam desenvolver uma estrutura de aeronave aplicável a vários modelos diferentes. De acordo com as autoridades espanholas, a data de um primeiro voo constitui um momento importante no processo de desenvolvimento de um avião, servindo em especial para determinar as características aerodinâmicas reais do avião, bem as modalidades de certificação. Mas, trata-se igualmente de um momento muito importante no plano comercial, porque influencia a campanha de vendas, que começa muito antes de o produto estar em condições de ser fabricado. Com efeito, na fase actual, existem ainda numerosos problemas técnicos a resolver, como a optimização do peso ou a validação do comportamento do avião no caso de mau funcionamento, etc. Por outro lado, as autoridades espanholas recordam que, à data da decisão de início do procedimento, o modelo ERJ 190 ainda não tinha efectuado o seu primeiro voo e que esse modelo transporta 108 passageiros em vez de 70, como é o caso do ERJ 170, o que equivale a um aumento do peso máximo à decolagem do avião de aproximadamente 50 %, facto que implica uma importante redefinição da estrutura interna da aeronave.
- (25) No que diz respeito às dúvidas da Comissão sobre a natureza de actividade de investigação e desenvolvimento dos trabalhos de certificação e dos estudos de manutenção, as autoridades espanholas reiteram que todos os ensaios incluídos no projecto estão directamente ligados ao desenvolvimento do produto e que o projecto não inclui nenhum ensaio de certificação que esteja ligado à comercialização ou mesmo ao fabrico de produtos. As autoridades espanholas sublinham que a importância dos custos e dos prazos no desenvolvimento de projectos no domínio da aeronáutica exige o avanço de qualquer fase que possa condicionar a viabilidade do projecto. É o caso dos ensaios de desenvolvimento, porque antecipam e previnem eventuais riscos nos futuros ensaios de certificação e apoiam o desenvolvimento do próprio produto. Estes ensaios de desenvolvimento servem para validar as tecnologias desenvolvidas pela Gamesa. Pode-se, por conseguinte, considerar estes estudos como fazendo parte da mesma fase de I & D que o próprio desenvolvimento dessa tecnologia (investigação industrial). É óbvio que estes ensaios devem ser realizados com base em modelos similares no que diz respeito aos materiais e às características estruturais em relação aos quais se pretende validar a tecnologia correspondente, mas não necessariamente com base em versões do produto suficientemente próximas da versão comercializável.
- (26) As autoridades espanholas afirmam partilhar da análise da Comissão, segundo a qual não se pode considerar que as actividades de certificação realizadas com base num protótipo já aprovado para que este possa ter um valor legal para a sua comercialização sejam actividades de I & D na acepção do enquadramento. Contudo, de acordo com as autoridades espanholas, o desenvolvimento de um produto implica numerosos ensaios, testes e certificações relativos aos materiais, características e desenhos, que, em função dos resultados, condicionam o projecto ou exigem modificações do produto. As autoridades espanholas consideram que este tipo de ensaios faz parte do projecto de desenvolvimento de um novo produto e são habituais nos projectos de I & D em qualquer sector.
- (27) De acordo com as autoridades espanholas, o mesmo se passa com os estudos de manutenção que devem ter início durante as primeiras fases da concepção, dado que condicionam o custo operacional directo (DOC) resultante do projecto e, por conseguinte, a própria viabilidade deste último. O DOC é a soma de diversos custos ligados ao voo e à conservação, que dizem essencialmente respeito aos custos de posse (amortização e juros

- do capital investido), seguros, custos de voo (tripulação, combustível e óleo, tarifas de aterragem e de descolagem) e custos de manutenção. Por conseguinte, o custo total de conservação é a soma do motor, da estrutura e das margens de manutenção, e a influência da concepção das estruturas é importante para determinadas questões como a da selecção dos materiais e dos processos normalizados para o avião, os instrumentos, a acessibilidade, a fiabilidade, os intervalos entre inspecções, a duração das várias componentes, as possibilidades de substituição de componentes, etc. Tudo isto obriga a que, nas fases iniciais de concepção, se trabalhe especificamente sobre estas questões, a fim de reduzir ao máximo os custos de manutenção, custos esses que constituem um parâmetro essencial do desenvolvimento dos produtos da aeronáutica.
- (28) Além disso, as autoridades espanholas referem que a própria Comissão, no sexto PQID, incluiu entre as prioridades de investigação no sector da aeronáutica os aspectos relacionados com a redução dos custos de desenvolvimento das aeronaves. As autoridades espanholas consideram que seria difícil explicar que o mesmo tipo de actividade possa ser considerada prioritária, a nível geral, no que se refere às linhas de orientação por que se deve reger a investigação na Europa e, simultaneamente, colocada em questão neste caso específico.
- (29) No que diz respeito às dúvidas da Comissão quanto à classificação dos trabalhos em função dos estádios da investigação definidos no anexo I do enquadramento, as autoridades espanholas consideram que as definições desses estádios são suficientemente gerais para que a sua aplicação a um projecto concreto e complexo possa dar lugar a pontos de vista diferentes. As autoridades espanholas consideram que já explicaram os motivos que as levaram a incluir os vários custos em cada uma das fases. De acordo com essas autoridades, seria difícil pensar, em qualquer caso, que um projecto de tal envergadura pudesse ser efectuado sem uma fase de investigação industrial, sobretudo no caso de uma empresa que faz face pela primeira vez às tecnologias requeridas para estruturas complexas como as que são desenvolvidas no âmbito deste projecto.
- (30) No caso vertente, considerou-se que podem corresponder a essa categoria de custos [...] (*) de um total de [...], tendo em conta os custos relacionados com a aquisição dos conhecimentos necessários para que a Gamesa possa desenvolver estruturas que nunca desenvolvera antes. Concretamente, os novos conhecimentos referem-se às tecnologias seguintes: tecnologias mecânicas (bordos de ataque, divisórias pressurizadas, sistemas de acção e de controlo, cabos eléctricos, junções especiais, lemes, estabilizadores/estabilizadores verticais, fuselagem traseira de conversão), tecnologias de fabrico (material composto, tecnologias de corte, tecnologias de união), tecnologias de inspecção, manutenção e reparação (inspecções não destrutivas, planos de manutenção, corrosão, tecnologias de reparação) e tecnologias de projecto e de qualificação (tecnologia de informação, tecnologia de análise e simulação, tecnologia de ensaios).
- (31) Todas as outras actividades de investigação mais directamente relacionadas com o desenvolvimento do produto foram incluídas na categoria de investigação pré-concorrencial. De qualquer modo, de acordo com as autoridades espanholas, trata-se de uma classificação meramente indicativa, dado que na proposta de auxílio notificada à Comissão se aplica a todo o projecto o tratamento correspondente às actividades de desenvolvimento pré-concorrencial.

5. APRECIACÃO

- (32) As medidas previstas pelas autoridades espanholas conferem uma vantagem à empresa beneficiária, aliviando-a de uma parte dos custos correspondentes às actividades de investigação que a empresa deveria em princípio suportar. Esta vantagem tem, além disso, um carácter selectivo em relação a outras empresas comunitárias que gostariam de efectuar os projectos de investigação em causa. Por outro lado, pode afectar as trocas intracomunitárias, uma vez que a Gamesa é concorrente de empresas europeias como a GKN (Reino Unido), a Hurel-Dubois (França e Reino Unido) ou a Latecoère (França). Por último, uma vez que os empréstimos a taxa zero são concedidos directamente pelo governo basco, deve considerar-se que as vantagens são conferidas através de recursos do Estado. As medidas em causa constituem, por conseguinte, um auxílio estatal na acepção do n.º 1 do artigo 87.º do Tratado CE.
- (33) Tal como referido no considerando 13 da presente decisão, a Comissão expressou algumas dúvidas em relação a este projecto. Seguidamente, examinam-se as questões resultantes dessas dúvidas.

No que diz respeito à fase de investigação de certas actividades na aceção do anexo I do enquadramento

- (34) A Comissão toma nota, em primeiro lugar, que as autoridades espanholas não apresentaram nenhum elemento novo que comprove que certas actividades do programa de investigação são do domínio da investigação industrial na aceção do anexo I do enquadramento. A Comissão considera, por conseguinte, que as suas dúvidas a este respeito se mantêm e que, conseqüentemente, deve considerar todos os trabalhos como sendo, pelo menos, tão próximos do mercado como as actividades de desenvolvimento pré-concorrencial.
- (35) No que se refere à qualificação das actividades de certificação, a Comissão nota que as autoridades espanholas parecem fazer uma distinção entre certas actividades de certificação que teriam mais directamente a ver com a versão comercial do produto e outras que seriam apenas ensaios preliminares. As autoridades espanholas confirmam de certo modo a análise da Comissão segundo a qual as actividades de certificação não têm a ver com I & D na aceção do enquadramento para a primeira dessas categorias, mas não para a segunda. A Comissão reconhece que, durante o processo de desenvolvimento de um produto do sector da aeronáutica, certos ensaios são de natureza tecnológica (mas

(*) 24 % dos custos elegíveis notificados pelas autoridades espanholas.

- preliminares), enquanto outros estão relacionados com a certificação legal do produto. A Comissão nota, contudo, que as autoridades espanholas não apresentaram nenhum elemento de precisão suplementar quanto aos aspectos dos trabalhos que suscitaram dúvidas à Comissão nem sobre a parte desses trabalhos que poderiam não ser estritamente actividades de certificação, mas sim actividades de ensaios preliminares.
- (36) Na falta de precisões suplementares, a Comissão considera, por conseguinte, que as actividades de certificação objecto do programa não constituem actividades de investigação e de desenvolvimento na acepção do enquadramento e que os custos ligados a estas actividades não podem, por conseguinte, ser tidos em conta nos custos elegíveis para beneficiar de auxílios na acepção do enquadramento. O respectivo montante, ou seja, [...] deve, por conseguinte, ser retirado do total dos custos elegíveis notificados pelas autoridades espanholas.
- (37) No que se refere à qualificação dos estudos de manutenção, as autoridades espanholas referiram que estas actividades eram realizadas de forma concorrente à concepção do avião. Referiram também que participavam na redução dos custos de desenvolvimento das aeronaves e que a investigação sobre a redução desses custos era um dos elementos do sexto PQID, o que parece indicar que este tipo de actividade é do domínio da I & D. A Comissão considera que o facto de certas actividades serem em parte realizadas paralelamente ao desenvolvimento da aeronave e utilizarem como dados de entrada os resultados desse desenvolvimento permite apenas concluir que têm a ver com essa aeronave em especial e não deduzir que fazem parte do processo de investigação. De qualquer modo, a Comissão toma nota de que se trata de actividades que têm por definição como objectivo o estado final comercializado do produto. Por último, a Comissão considera que, pelo facto de entre os objectivos do 6.º PQID figurar a redução dos custos de desenvolvimento das aeronaves, não se pode de modo algum concluir que qualquer actividade que tenha como objectivo reduzir esses custos seja uma actividade de investigação. A redução dos custos é, com efeito, um dos objectivos naturalmente prosseguidos por qualquer empresa em situação de concorrência. Só se trata de investigação neste domínio quando a referida redução dos custos recorre a novos métodos ou a novos conceitos tecnológicos, o que, no caso vertente, as autoridades espanholas não demonstraram de forma precisa. A Comissão considera, consequentemente, que as suas dúvidas quanto à natureza de I & D, na acepção do enquadramento, das actividades de certificação não podem ser dissipadas.
- (38) A Comissão considera, por conseguinte, que as actividades de estudos de manutenção não constituem actividades de investigação e de desenvolvimento na acepção do enquadramento e que os custos ligados a essas actividades não podem consequentemente ser tidos em conta nos custos elegíveis para beneficiar de auxílios na acepção do enquadramento. O respectivo montante, ou seja, [...] deve, por conseguinte, ser retirado do total dos custos elegíveis notificados pelas autoridades espanholas.
- (39) Atendendo às considerações acima enunciadas, o montante total dos custos elegíveis deve, por conseguinte, passar para 8 206 000 000 pesetas, ou seja, 49 319 053,29 euros.
- ### No que se refere ao efeito de incentivo do auxílio
- (40) Em primeiro lugar, a Comissão toma nota das precisões efectuadas pelas autoridades espanholas em relação aos dados quantitativos relativos ao efeito de incentivo do auxílio. A Comissão considera que essas informações permitem dissipar as suas dúvidas quando à possibilidade de ter esses dados em conta na avaliação do efeito de incentivo do auxílio.
- (41) Além disso, do ponto de vista qualitativo, a Comissão toma igualmente nota de que alguns dos elementos que evocara na expressão das suas dúvidas quanto ao grau de maturidade do projecto não reflectiam no caso em questão o seu verdadeiro grau de maturidade. É o caso, em especial, do *roll out* do aparelho, que a Comissão verifica constituir, no caso vertente, mais uma operação de comunicação destinada aos clientes do projecto do que uma etapa de natureza técnica.
- (42) Por último, a Comissão toma nota de que o pedido de auxílio tinha sido apresentado pela sociedade às autoridades locais antes do lançamento do programa.
- (43) Atendendo às referidas considerações, a Comissão considera que, no caso vertente, pode considerar que o auxílio possui um efeito de incentivo na acepção da secção 6 do enquadramento.
- ### Conclusão
- (44) Atendendo às considerações acima tecidas, a Comissão considera que a maior parte das actividades notificadas pelas autoridades espanholas pode ser objecto de auxílios compatíveis com as condições do enquadramento. A referida parte corresponde aos custos elegíveis num montante de 8 206 000 000 pesetas, ou seja, 49 319 053,29 euros, relativos à actividades de desenvolvimento pré-concorrenciais na acepção do anexo I do enquadramento.
- (45) A intensidade bruta admissível do auxílio é de 25 %, em conformidade com o ponto 5.5 do enquadramento, ao qual se pode acrescentar uma bonificação de intensidade de 5 pontos percentuais, em conformidade com o segundo parágrafo do ponto 5.10.2 do enquadramento, uma vez que os trabalhos são efectuados numa região elegível para receber auxílios regionais ao abrigo do disposto no n.º 3, alínea c), do artigo 87.º do Tratado CE.
- (46) A Comissão considera, por conseguinte, que os auxílios podem ser autorizadas em conformidade com o enquadramento, na condição de o seu equivalente-subvenção bruto não exceder 30 % do montante de 49 319 053,29 euros, ou seja, 14 795 715,99 euros.

(47) A Comissão regista a esse respeito que o equivalente-subvenção bruto do auxílio deverá ser calculado utilizando a taxa de referência e de actualização publicada pela Comissão, à qual deverão ser adicionados 400 pontos de base, uma vez que o empréstimo atribuído pelo Estado não é objecto de nenhuma garantia ⁽¹⁾. Para o cálculo do equivalente-subvenção bruto do auxílio, remete-se as autoridades espanholas para secção 3 do anexo I das orientações relativas aos auxílios com finalidade regional ⁽²⁾,

ADOPTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

O auxílio estatal que o Reino de Espanha tenciona conceder a favor da empresa Gamesa, que consiste num empréstimo a taxa zero no montante total de 27 772 769,34 euros, é compatível com o mercado comum ao abrigo do n.º 3, alínea c), do artigo 87.º do Tratado CE, na condição de o equivalente-subvenção bruto do auxílio não exceder 14 795 715,99 euros.

O equivalente-subvenção bruto do auxílio é calculado utilizando a taxa de referência e de actualização publicada pela Comissão, ao qual são adicionados 400 pontos de base.

Artigo 2.º

O Reino de Espanha informa a Comissão no prazo de dois meses a contar da recepção da presente decisão das medidas que tomou para se conformar com o disposto no artigo 1.º.

Artigo 3.º

O Reino de Espanha é o destinatário da presente decisão.

Feito em Bruxelas, em 23 de Julho de 2003.

Pela Comissão

Mario MONTI

Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO C 273 de 9.9.1997, p. 3.

⁽²⁾ JO C 74 de 10.3.1998, p. 7.

DECISÃO DA COMISSÃO
de 24 de Março de 2004

que prevê a comercialização temporária de determinadas sementes das espécies *Vicia faba* e *Glycine max* que não satisfaçam, respectivamente, os requisitos das Directivas 66/401/CEE ou 2002/57/CE do Conselho

[notificada com o número C(2004) 884]

(Texto relevante para efeitos do EEE)

(2004/287/CE)

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta a Directiva 66/401/CEE do Conselho, de 14 de Junho de 1966, relativa à comercialização de sementes de plantas forrageiras ⁽¹⁾, e, nomeadamente, o n.º 1 do seu artigo 17.º,

Tendo em conta a Directiva 2002/57/CE do Conselho, de 13 de Junho de 2002, relativa à comercialização de sementes de plantas oleaginosas e de fibras ⁽²⁾, e, nomeadamente, o n.º 1 do seu artigo 21.º,

Considerando o seguinte:

- (1) Em França, a quantidade disponível de sementes de favarolas (*Vicia faba*) e de soja (*Glycine max*) adequadas às condições climáticas locais e que respeitem, quanto à capacidade germinativa, respectivamente, os requisitos das Directivas 66/401/CEE e 2002/57/CE é insuficiente e não permite, pois, satisfazer as necessidades daquele Estado-Membro.
- (2) Não é possível satisfazer adequadamente a procura de sementes destas espécies com sementes de outros Estados-Membros ou de países terceiros que obedeçam a todos os requisitos estabelecidos, respectivamente, nas Directivas 66/401/CEE ou 2002/57/CE.
- (3) Assim, a França deve ser autorizada a permitir, por um período que expira em 30 de Abril de 2004, a comercialização de sementes destas espécies sujeitas a requisitos menos rigorosos.
- (4) Além disso, outros Estados-Membros, independentemente do facto de terem colhido as sementes num Estado-Membro ou num país terceiro abrangido pela Decisão 2003/17/CE do Conselho, de 16 de Dezembro de 2002, relativa à equivalência das inspecções de campo de culturas produtoras de sementes efectuadas em países terceiros e à equivalência das sementes produzidas em países terceiros ⁽³⁾, que estão em condições de abastecer a França com sementes da espécie referida, devem ser autorizados a permitir a comercialização de tais sementes.

(5) A França deve desempenhar o papel de coordenadora, com o objectivo de assegurar que a quantidade total de sementes abrangida pela presente autorização não exceda a quantidade máxima abrangida pela presente decisão.

(6) As medidas previstas na presente decisão estão em conformidade com o parecer do Comité Permanente das Sementes e Propágulos Agrícolas, Hortícolas e Florestais,

ADOPTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

A comercialização na Comunidade de sementes de favarolas (*Vicia faba*) que não satisfaçam os requisitos mínimos relativos à capacidade germinativa previstos na Directiva 66/401/CEE é permitida, por um período que deixa de vigorar em 30 de Abril de 2004, nos termos definidos no anexo da presente decisão e na observância das seguintes condições:

- a) A capacidade germinativa seja, pelo menos, a definida no anexo à presente decisão;
- b) Os rótulos oficiais devem indicar a germinação determinada no exame oficial efectuado nos termos do n.º 1, alínea d) do ponto C, do artigo 2.º da Directiva 66/401/CEE;
- c) As sementes devem primeiramente ter sido colocadas no mercado em conformidade com o artigo 3.º da presente decisão.

Artigo 2.º

A comercialização na Comunidade de sementes de soja (*Glycine max*) que não satisfaçam os requisitos mínimos relativos à capacidade germinativa previstos na Directiva 2002/57/CE é permitida, por um período que expira em 30 de Abril de 2004, nos termos definidos no anexo da presente decisão e na observância das seguintes condições:

- a) A capacidade germinativa seja, pelo menos, a definida no anexo à presente decisão;
- b) Os rótulos oficiais devem indicar a germinação determinada no exame oficial efectuado nos termos do n.º 1, alíneas f) e g), do artigo 2.º da Directiva 2002/57/CE;
- c) As sementes devem primeiramente ter sido colocadas no mercado em conformidade com o artigo 3.º da presente decisão.

⁽¹⁾ JO L 125 de 11.7.1966, p. 2298/66. Directiva com a última redacção que lhe foi dada pela Directiva 2003/61/CE (JO L 165 de 3.7.2003, p. 23).

⁽²⁾ JO L 193 de 20.7.2002, p. 74. Directiva com a última redacção que lhe foi dada pela Directiva 2003/61/CE.

⁽³⁾ JO L 8 de 14.1.2003, p. 10. Decisão alterada pela Decisão 2003/403/CE (JO L 141 de 7.6.2003, p. 23).

Artigo 3.º

Qualquer fornecedor de sementes que deseje colocar no mercado as sementes referidas no artigo 1.º e no artigo 2.º deve apresentar um pedido de autorização ao Estado-Membro em que se encontra estabelecido ou no qual importa.

O Estado-Membro em questão autorizará o fornecedor a colocar aquelas sementes no mercado, excepto se:

- a) Existirem provas suficientes que permitam duvidar da capacidade de o fornecedor colocar no mercado a quantidade de sementes para a qual solicitou autorização; ou
- b) A quantidade total autorizada a ser comercializada nos termos da derrogação em causa levasse à superação da quantidade máxima especificada no anexo.

Artigo 4.º

Os Estados-Membros devem prestar assistência administrativa mútua na aplicação da presente decisão.

Incumbe à França desempenhar o papel de Estado-Membro coordenador no respeitante ao artigo 1.º e ao artigo 2.º, a fim de assegurar que a quantidade total autorizada não exceda a quantidade máxima especificada no anexo.

O Estado-Membro que receba um pedido nos termos do artigo 3.º notificará imediatamente o Estado-Membro coordenador da quantidade a que o pedido diz respeito. O Estado-Membro coordenador informará imediatamente o Estado-Membro notificante caso a autorização resulte no facto de se ultrapassar a quantidade máxima.

Artigo 5.º

Os Estados-Membros notificarão imediatamente a Comissão e os restantes Estados-Membros acerca das quantidades cuja comercialização autorizaram ao abrigo da presente decisão.

Artigo 6.º

Os Estados-Membros são os destinatários da presente decisão.

Feito em Bruxelas, em 24 de Março de 2004.

Pela Comissão

David BYRNE

Membro da Comissão

ANEXO

Espécie	Tipo de variedade	Quantidade máxima (em toneladas)	Capacidade germinativa mínima (% de semente pura)
<i>Glycine max</i>	Classe de maturidade: semitardia; Dekabig, Zen, Sapporo, Fukui, Safrana, Nikko, Celior, Giulietta, Paoki	2 500	75
	Classe de maturidade: semitardia a tardia; Imari, Mariana	700	
<i>Vicia faba</i>	Divine, Gloria, Maya, Melodie, Victoria	3 980	80

DECISÃO DA COMISSÃO
de 26 de Março de 2004
que concede à Austrália e à Nova Zelândia um acesso temporário às reservas comunitárias de anti-
génios do vírus da febre aftosa

[notificada com o número C(2004) 967]

(Texto relevante para efeitos do EEE)

(2004/288/CE)

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta a Directiva 2003/85/CE do Conselho, de 29 de Setembro de 2003, relativa a medidas comunitárias de luta contra a febre aftosa, que revoga a Directiva 85/511/CEE e as Decisões 89/531/CEE e 91/665/CEE, bem como altera a Directiva 92/46/CEE ⁽¹⁾, e, nomeadamente, o n.º 3 do seu artigo 83.º,

Considerando o seguinte:

- (1) Nos termos da Decisão 91/666/CEE do Conselho, de 11 de Dezembro de 1991, relativa ao estabelecimento de reservas comunitárias de vacinas contra a febre aftosa ⁽²⁾, foram estabelecidas reservas de antigénios para a formulação rápida de vacinas contra a febre aftosa.
- (2) Na pendência da conclusão das suas próprias disposições para a constituição de reservas de antigénios do vírus da febre aftosa, a Austrália e a Nova Zelândia solicitaram à Comunidade uma assistência temporária para o caso de terem de aplicar uma vacinação de emergência a fim de controlar um eventual surto de febre aftosa.
- (3) As autoridades competentes da Austrália e da Nova Zelândia forneceram informações relativas às suas avaliações dos riscos e estimativas das quantidades e subtipos de antigénios necessários no quadro dos respectivos planos de emergência.
- (4) Na sequência da avaliação do pedido efectuado pelas autoridades da Austrália e da Nova Zelândia e tendo em conta a capacidade e a disponibilidade das quantidades e subtipos de antigénios armazenados nas reservas comunitárias, depreende-se que a assistência solicitada pode ser concedida sem comprometer desnecessariamente as medidas de emergência comunitárias.
- (5) Deve conceder-se à Austrália e à Nova Zelândia, sob certas condições, um acesso temporário às reservas comunitárias de antigénios.

- (6) As medidas previstas na presente decisão estão em conformidade com o parecer do Comité Permanente da Cadeia Alimentar e da Saúde Animal,

ADOPTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

É concedido à Austrália e à Nova Zelândia um acesso temporário às reservas comunitárias de antigénios para a formulação de vacinas contra a febre aftosa, nas seguintes condições:

1. O acesso é concedido até 31 de Dezembro de 2004, sob a forma de direitos de saque, para cada um dos dois países em causa, de um máximo de 500 000 equivalentes de dose de vacinas para bovinos e, em qualquer caso, não superiores, para os dois países em conjunto, a 50 % das reservas comunitárias existentes de cada antigénio;
2. Dependendo do que estiver especificado no pedido apresentado por escrito pelas autoridades competentes da Austrália ou da Nova Zelândia, a Comissão tomará imediatamente medidas para a formulação urgente ou imediata dos antigénios adequados bem como a produção, embalagem, rotulagem e fornecimento das vacinas, nos termos dos contratos existentes celebrados entre a Comissão e o fabricante;
3. A Comissão tomará medidas por forma a assegurar que, na situação referida no ponto 2, os custos das acções mencionadas a seguir sejam suportados, na proporção adequada, pelas autoridades competentes da Austrália e da Nova Zelândia, conforme o pedido efectuado para a formulação de vacinas a partir dos antigénios armazenados nas reservas comunitárias:
 - a) A transferência dos antigénios do local de armazenagem para o estabelecimento do fabricante;
 - b) A formulação e produção das vacinas, incluindo quaisquer análises adicionais que venham a ser necessárias;
 - c) A embalagem e a rotulagem das vacinas e o respectivo transporte para o local de entrega indicado;
 - d) A substituição, o mais rapidamente possível, das quantidades de antigénio utilizadas, por antigénios com, pelo menos, a mesma qualidade e a mesma origem.

⁽¹⁾ JO L 306 de 22.11.2003, p. 1.

⁽²⁾ JO L 368 de 31.12.1991, p. 21. Decisão com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 807/2003 (JO L 122 de 16.5.2003, p. 36).

Artigo 2.º

Os Estados-Membros são os destinatários da presente decisão.

Feito em Bruxelas, em 26 de Março de 2004.

Pela Comissão
David BYRNE
Membro da Comissão

RECTIFICAÇÕES

Rectificação da Decisão 2004/161/CE do Conselho, de 10 de Fevereiro de 2004, que prorroga o período de aplicação da Decisão 2000/185/CE que autoriza os Estados-Membros a aplicarem uma taxa de IVA reduzida a certos serviços de grande intensidade do factor trabalho, nos termos do n.º 6 do artigo 28.º da Directiva 77/388/CEE

(«Jornal Oficial da União Europeia» L 52 de 21 de Fevereiro de 2004)

No índice da capa e no título da página 62:

em vez de: «Decisão 2004/161/CE do Conselho ...»,

deve ler-se: «Decisão 2004/189/CE do Conselho ...».